



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

1

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2019

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alijó. -----

Dos trinta e cinco membros que a compõem, registaram-se quatro ausências: os Deputados Maria de Jesus Magalhães Vieira Elias, Rui Francisco Morais Lopes, António Samuel Lopes Fernandes da Cunha e Fernando Gerardo Alves de Sousa. Estes últimos fizeram-se substituir, respetivamente, por Maria Fernanda Monteiro Ferreira, Altino Santos Vasques e Maria Alice Alves Brites. -----

Os Deputados Raffaele Liberato Batista e José Toni Carneiro Afonso, que não estavam presentes aquando da chamada, chegaram às 14h35 e 14h42, respetivamente. A Deputada Estela Maria de Jesus Teixeira, tendo chegado às 15h15, ausentou-se às 18h10, e a Deputada Filomena Margarida Gonçalves Marques ausentou-se a partir das 18h00, com a devida autorização da Mesa. -----

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes: o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores Vítor Ferreira, Sónia Pires, Mafalda Mendes, Margarida Cascarejo e Miguel Rodrigues. -----

A sessão foi iniciada pelo Presidente da Mesa, José Canelas, e secretariada pelos Srs. Secretários Mário Vaz e Denisa Simão. -----

Verificada a existência de "quórum" foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a sessão quando eram 14h30, com a seguinte **ORDEM DO DIA**: -----

PONTO UM: Exposição do Sr. Presidente da Câmara; -----

PONTO DOIS: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia ou seu substituto (também este Presidente de Junta de Freguesia) para participação no XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----

PONTO TRÊS: Nomeação de um elemento para integrar a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; -----

PONTO QUATRO: Aprovação do Plano Municipal de Ordenamento Florestal; -----

PONTO CINCO: Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia do Pinhão na área da prestação do serviço de abastecimento público de água; -----

PONTO SEIS: Relatório de análise económico-financeira e execução orçamental, reportada a 30/06/2019, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09, remetido pelo auditor externo; -----

PONTO SETE: Pedido de reprogramação do Plano Plurianual de Investimentos 2019 – Plano de Acessibilidades e Mobilidade Urbana Sustentável – Ciclovia do Campo Meão, em cumprimento do disposto no artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, e nos artigos 6.º, n.º1, alínea c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho; -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

2

PONTO OITO: Presente a 27.ª modificação aos Documentos Previsionais 2019 – Revisão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12/09. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DAS ATAS** -----

PRESIDENTE DA MESA: Apresenta a ata da Sessão Ordinária de vinte e sete de junho para aprovação. Solicita aos deputados que queiram intervir para se inscreverem. Inscreveram-se os Srs. Deputados António Fernandes e Cláudio Vilela. -----

Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Cumprimenta os presentes. -----

As minhas primeiras palavras vão para os funcionários, sejam eles quais forem, que fizeram esta ata, porque me parece muito bem redigida. A abordagem dos assuntos também me parece bem. Portanto, nós, Partido Socialista, quando as coisas não estão bem, falamos; mas, quando estão, também sabemos ser reconhecidos a quem faz bem o trabalho. O que quer dizer, se calhar antes não estaríamos tão bem, não haveria tanta atenção e cuidado com estas atas. Assim sendo, as minhas palavras de apreço. -----

Mas isso não invalida que eu não tenha visto aqui alguns desfasamentos. Por isso, reparei que na minha intervenção da página 21, terceira linha do terceiro parágrafo, lê-se "pós no concurso o preço de mercado do valor da obra". Ora, assim sendo, nem faria sentido a minha intervenção, porque estaria a concordar que foram postos os valores. Ora, o que se passou nesta Assembleia não tem nada a ver com isso. Portanto, deve ler-se: "pós no concurso metade do preço de mercado do valor da obra". Quem ler diz que pôs. É na página 21, terceira linha do terceiro parágrafo. Porque assim deturpa completamente o sentido da frase. -----

Depois, na página 42 à 44, foi onde houve um episódio lamentável, na minha opinião, para a democracia e desrespeito aos membros desta bancada. Mas pronto, não quero entrar por aí. O que eu quero é repor a verdade. É que sabemos, quando eu próprio estava a intervir, da bancada do lado referiram-se a "manjedoura". E como estava focado naquilo que queria dizer, já não sei bem o termo. Mas o certo é que foi focado esse da "manjedoura". E qual é o meu espanto, que eu próprio com certeza também disse alguma coisa sobre a "manjedoura", mas a "manjedoura" vem na minha intervenção, mas não vem de quem provocou esse episódio, o que é de lamentar. Não consta, podem ver. Já dou a margem da página 42 à 44, que devia ser quando isso se passou. E eu lamento por duas razões: a primeira porque o Sr. Presidente da Assembleia, e bem, fez um apelo para a moderação, para a contenção, e até para a educação. Muito bem, a gente tentou acolher, parece que é de propósito, vieram agora aqui com termos de baixo nível e que, como eu disse, não nos dignifica a nenhum de nós. Por isso, eu pretendo que seja posta a verdade, nos termos em que foi dito. "Manjedoura" não é um termo que seja aplicado, nem para pessoas bem-educadas, e muito menos nesta Assembleia, que é a casa da democracia, e onde eu pugno pela elevação e não por este baixo nível, que não dignifica ninguém. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

3

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Cumprimenta os presentes, assim como o estimado público aqui presente; é sempre bom ter cá o público a assistir às nossas intervenções para que possam levar também a mensagem lá para fora do trabalho que aqui é desenvolvido. --- Neste campo concreto da ata, efetivamente eu li a ata e quero apenas tecer um comentário genérico, e também para elogiar o trabalho que está feito nesta ata. É verdade que, algumas sessões atrás, o trabalho não vinha correto, e nós chamamos à atenção. Mas também sabemos chamar à atenção, sabemos valorizar quando o trabalho é bem feito. Efetivamente, o trabalho é bem feito, tirando este único caso que o meu colega de bancada já aqui referiu. E eu, a propósito deste tema, queria salientar a postura que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal teve no início da última sessão, que foi uma atitude digna, de chamar à atenção para não se usar diversos termos e terminologias. A verdade é que, constantemente, na bancada da maioria, esses termos foram insistindo, o que leva a um contraditório por parte da nossa bancada. Como dizia o meu colega Fernandes, não seria de bom-tom se nós não respondêssemos àquilo que nos dizem. Portanto, eu queria aproveitar este ponto para dar umas notas que devem ser respeitadas por todas as forças que estão representadas nesta Assembleia Municipal, porque nós estamos a representar os nossos munícipes. E, por isso, a terminologia utilizada deve ser uma terminologia de elevação. Só assim podemos ter um debate construtivo para o fim que nos trouxe aqui a esta Assembleia Municipal, para a construção de um Concelho melhor onde valha a pena viver. -----

PRESIDENTE DA MESA: Sugere aos Srs. Deputados que fique na próxima ata a correção do lapso apontado pelo Sr. Deputado António Fernandes. -----

Coloca à votação a ata da Sessão Ordinária de 27 de junho. Pede aos Srs. Deputados que não estiveram presentes na sessão anterior para não se pronunciarem. -----
A ata é aprovada por unanimidade. -----

Na qualidade de Presidente desta Assembleia, quero recordar e recomendar que estamos perante eleições legislativas, já no próximo domingo. Já mencionei na sessão ordinária anterior a preocupação face ao nível de abstenção que se verificou nas Europeias. Obviamente que não temos de extrapolar. Mas é com preocupação que todos nós temos que constatar a pouca aderência, cada vez menor, dos cidadãos nos atos eleitorais. Desde já faço votos para que as mesmas decorram num ambiente de serenidade, aliás, que nos é apanágio também, e que a adesão nos surpreenda. -----

Aproveito para felicitar o nosso deputado municipal Alexandre Alves, que se apresenta nas legislativas pelo CDS ao Distrito de Vila Real, e assim como à nossa vereadora Margarida Cascarejo, que também se apresenta, como candidata do PS, nas legislativas do distrito. Honra-nos a vossa presença. Eleitos ou não eleitos, os meus parabéns e votos de sucesso para os dois. -----

Quero dar nota da correspondência rececionada, que se encontra disponível para quem quiser consultar por parte dos Srs. Deputados, designadamente justificação de faltas, alguns convites para atos culturais, um ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses para a Ordem do Dia, a carta do Sr. Deputado António Borges que apresentou a demissão da CPCJ, enquanto membro eleito para a Comissão Alargada, e recebemos também as atas, como habitualmente, da Câmara Municipal. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

4

Posto isto, e dado o falecimento do pai de um deputado nosso, do Nuno Filipe, Presidente de Junta, eu queria propor um voto de pesar, recordando aqui o pai do nosso Presidente de Junta, que foi também funcionário da Câmara Municipal. Pelo que proponho então um voto de pesar. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Claro está que iremos votar favoravelmente, até porque trazíamos aqui nas nossas anotações esse voto de pesar pelo ex-funcionário e pai de um colega nosso Presidente de Junta. Mas queria lembrar que também faleceu, neste período, o funcionário António Bessa, fiscal desta Câmara e que também pretendemos que seja proposto um voto de pesar. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca a votação os dois votos de pesar, tendo os mesmo sido aprovados por unanimidade. -----

Pede ao Sr. Deputado Nuno Filipe Jorge, na qualidade de representante da Assembleia Municipal junto do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Marão e Douro Norte, para fazer um *feedback* das atividades desenvolvidas por este organismo. -----

Chamo a atenção para a necessidade deste *feedback*, porque eu próprio, no *site* do CNS (*Conselho Nacional de Saúde*) vi com alguma preocupação que há números, relativamente a Alijó, que são preocupantes, senão dececionantes. -----

Portanto, proponho que o Deputado Nuno Filipe fizesse aqui esta atividade, pois existem alguns números que são um bocado preocupantes para o nosso Concelho. -----

Eu queria propor, eventualmente, havendo a disponibilidade das equipas do ACES para, um dia qualquer, fazer uma apresentação sobre o nosso Concelho, sobre essa atividade, que nos seria muito útil. -----

DEPUTADO NUNO FILIPE JORGE (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----
Enquanto Deputado desta Assembleia Municipal, ao longo do ano de 2018 fiz algumas reuniões no Conselho da Comunidade Local do ACES do Marão e Douro Norte – Vila Real. Tem-se trabalhado no Plano Local de Saúde, que abrange os centros de saúde do nosso distrito, e há coisas que têm sido debatidas neste Plano, nesta última reunião, muito recentemente. -----

Então, para começar por aqui, neste Plano Local de Saúde, que contém uma série de coisas, há uma coisa que salta logo à vista, que tem a ver com pelo menos seis critérios que estão aqui definidos, logo começando pela posição deles. Na posição n.º 1 temos as doenças crónicas do fígado e cirrose – abuso crónico de álcool. No n.º 2 a diabetes, no n.º 3 as doenças crónicas das vias aéreas – a asma, DPOC (Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica), bronquite crónica. No n.º 4, alteração do metabolismo de lípidos, no n.º 5, doenças vasculares e no n.º 6, obesidade. -----

Isto significa que, em termos deste Plano, aquilo que foi detetado no trabalho que se tem feito é que Alijó também aparece aqui em n.º 1 no que diz respeito ao abuso do consumo de álcool. Isto preocupa-nos um bocado enquanto autarcas, porque acho que vai haver ou vai ter que se fazer alguma coisa. Isto está a caminhar para valores muito altos e parte daí que estejamos a abordar situações que vão provocar outros fatores. E o álcool tem sido o n.º 1. -
Por isso, em termos desta equipa, do Plano Local de Saúde, as enfermeiras e médicos a acompanhar isto, que melhor que ninguém em termos clínicos estarão à vontade para falar sobre isto. Há vontade nesse sentido, de vir pessoalmente a uma reunião da Assembleia

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

5

para dar uma explicação breve acerca desse assunto, é o que nós podemos fazer enquanto autarcas locais: passarmos alguma mensagem quanto a isto. Os Centros de Saúde também estão alertados, estão dentro deste projeto. Por isso, qualquer coisa que aconteça, será sempre um assunto a ser debatido com o próprio médico de família ou com o Centro de Resposta Integrada (CRI). Prevê-se pelo menos que comecemos a apelar, em termos de primeira intervenção pelo Centro de Saúde, porque isto está a caminhar para valores muito elevados. E Alijó preocupa-me muito, quando vi os dados. De facto, não podia ser de outra forma. Quando temos vinhos aqui, de boa qualidade, acho que todos nós caímos na tentação de abusar um bocadinho. -----

Depois, os outros assuntos relacionados com o ACES, tem a ver com os dois médicos que recebemos agora recentemente da nossa tutela para o ACES. Não foram muitos, continua a haver um défice de médicos. No entanto, recebemos dez e reformaram-se nove. O saldo foi de um. Mas há um défice muito grande de médicos. E cada vez mais é-nos difícil que estes fiquem aqui nestas localidades, pois são colocados e pedem logo transferência. E isto preocupa porque, pelo menos nas "extensões de saúde", começa a haver grandes problemas. E tratando-se de Saúde, é complicado. É um assunto que está a preocupar o ACES, está a preocupar também o Conselho da Comunidade. -----

Depois, também falamos aqui na Equipa dos Cuidados Paliativos Comunitária que já era para ter iniciado em 2018, não foi possível por falta de verbas. Estamos à espera que elas sejam desbloqueadas. Acho que está no projeto e estamos no caminho certo para que isso aconteça ainda em 2019. -----

Depois não podemos deixar passar aqui a aderência do nosso Município ao Projeto de Saúde Oral, uma mais-valia para o Concelho. Por isso, o nosso Município também aderiu. Acho muito bem. -----

Também, em relação à resposta do ACES, começa a haver muita preocupação e ficamos com esse alerta que, em termos de fazer escalas para os serviços de urgência, para os SAP, os médicos que vão fazendo estas escalas são aqueles médicos que chamamos já quase muito próximo da reforma. Porquê? São médicos locais, têm alguma disponibilidade para fazer as escalas, e isto preocupa um bocadinho, porque os médicos novos não as querem fazer. Por isso, Deus queira que não, mas se na nossa tutela começar a haver problemas, isto pode levar a que até o SAP comece a estar em risco. -----

A equipa da Unidade de Saúde Familiar é uma mais-valia para o Concelho. Também estão a trabalhar para que ela seja feita. Por isso, esperamos que Alijó em breve também tenha uma Unidade de Saúde Familiar. -----

Em relação aqui a este ponto do Conselho da Comunidade, era isto que queria deixar. Entretanto, vou fazer chegar isto em formato digital à Assembleia Municipal, para fazer chegar a todos os membros da Assembleia. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Agradece a intervenção do Sr. Deputado Nuno Filipe, relevando a importância e pertinência das questões por ele abordadas. -----

Abre as inscrições para intervenção no período de antes da ordem do dia. Inscreveram-se os Srs. Deputados Luís Lameiras, Aurelina Pereira, Nuno Filipe Jorge, Raffaele Batista, Toni Afonso, Joaquim Veloso, António Fernandes, Cláudio Vilela e António Rocha. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

6

Passa a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): cumprimenta os presentes. -----

Eu começava por dar aqui uma palavra de reconhecimento pelo trabalho efetuado ao longo deste verão por todas as comissões de festas e pelas associações culturais que desenvolveram eventos culturais no nosso Concelho. -----

Depois, acho que devo colocar aqui uma questão que, para mim, é mesmo pertinente. É uma sugestão que eu aqui vou fazer. E essa sugestão tem a ver concretamente com o seguinte: o Sr. José Nuno Pires, natural de São Mamede de Ribatua, fez recentemente noventa anos de idade. Para além de autarca pelas duas forças políticas (inicialmente foi Presidente de Junta pelo PS e posteriormente pelo PSD) foi, acima de tudo, um homem que dedicou sensivelmente setenta anos à cultura do Concelho, nomeadamente ao teatro. Esta questão já foi colocada numa Assembleia de Freguesia, nomeadamente na primeira Assembleia de Freguesia de 2018. Portanto, esta questão é fazer uma homenagem merecida, justamente merecida, a este homem, com a participação da Câmara Municipal, com a participação da Junta de Freguesia, com a participação do Grupo Dramático Ribatuense, e, eventualmente, outras pessoas. Eu, pessoalmente, disponibilizo-me para participar em tudo aquilo que seja necessário. Acho que é mesmo justo. -----

Depois, vou aqui aflorar algumas questões que são repetentes, mas não as vejo concretizadas e, portanto, eu vou ter que aflorá-las novamente, e vou ficar à espera da resposta do Sr. Presidente da Câmara que, de reunião em reunião, nos dá aqui desculpas e mais desculpas, isto vai ser feito, vai ser feito, e depois não se faz nada. -----

O saneamento na Avenida do Areal em São Mamede, na parte final. Já aqui coloquei esta questão, praticamente em todas as reuniões da Assembleia Municipal, e logo a primeira vez que o fiz, foi a seguir à tomada de posse do Executivo desta Assembleia Municipal. Para quando a realização do saneamento nesta parte final da Avenida do Areal? Bairro Social de São Mamede. Já aqui coloquei esta questão. Expliquei o estado degradante em que se encontra, em que as pessoas vivem. O Sr. Presidente da Câmara sabe muito bem. E, portanto, isto é urgente, este bairro, é urgente fazer uma intervenção. Aliás, o muro que caiu, que eu também aflorei aqui desde o Natal do ano transato, continua no chão. Para quando Sr. Presidente, para quando uma intervenção neste Bairro Social? Porque é, de facto, urgente. -----

Depois, dava aqui uma sugestão, que é baseada no meu conhecimento e também naquilo que as televisões às vezes nos transmitem. Como toda a gente sabe, em São Mamede há um ribeiro que atravessa a povoação. Este ribeiro, em partes deste ribeiro, onde antigamente as pessoas, nomeadamente os jovens, tomavam banho, está um caos lastimável. Precisava de ser limpo. Porque não Sr. Presidente? Porque não fazer como se faz noutras zonas do País, fazer-se ali praias fluviais? Tinha condições para isso. E associar isso depois a tudo aquilo que já existe em São Mamede: o miradouro, a Rota da Laranja, peço desculpa, o Trilho das Fragas Más, e por aí fora. -----

Depois, uma outra questão, que tem a ver com o Teatro Auditório Municipal. Ora, o que é que acontece? Quer no mandato anterior, quer neste mandato, ou seja, há seis anos, o Teatro Auditório Municipal, feitas as contas, esteve apenas um ano aberto. Primeiro, eram as luminárias, agora não sei o quê. Parece-me que já existe um projeto, mas aquilo que me

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

é dado a pensar é que, quer no mandato anterior, quer agora neste mandato, o objetivo deste Executivo é mesmo manter o Teatro Auditório Municipal fechado. Pergunto-lhe, Sr. Presidente, quando é que vão arrancar as obras do Teatro Auditório Municipal para o termos a funcionar em pleno? -----

Depois, uma outra questão tem a ver com o relatório da Comissão do Património desta Assembleia, que foi aprovado na última reunião desta Assembleia. Com certeza que o Executivo Permanente já analisou este relatório de forma minuciosa. E com certeza que, entre as várias ideias que a Comissão do Património apresentou neste relatório, com certeza que já devem ter alguma ideia acerca de quais das ideias que constam desse relatório. Vão pôr em andamento? vão pôr em prática? Portanto, perguntava-lhe Sr. Presidente, o que é que nos pode dizer acerca disto? -----

Ainda relativamente ao relatório da Comissão do Património, uma das questões que é apresentada era precisamente um posto de turismo no Pinhão, questão que eu já aqui aflorei até à exaustão. Sr. Presidente, mais uma vez lhe digo, é completamente lamentável, é um absurdo! Não se consegue entender como é que um Concelho se pode desenvolver se no Pinhão, que é onde todo o turismo ou a esmagadora maioria dos turistas passam, não existe um posto de turismo. O Sr. tem dado aqui desculpas, e diz que vai fazer, e não sei que mais. Bem, eu tenho-lhe colocado esta questão até à exaustão, e o posto de turismo está encerrado. Responda-me acerca disto. -----

Para terminar, o Sr. Presidente foi o diretor da Agência Regional para o Desenvolvimento do Vale do Tua, e há aqui duas questões que eu julgo que nos deve esclarecer, que tem a ver com o seguinte: a mobilidade no Vale do Tua. Ora, esta questão era para ter sido posta em marcha, penso que, há dois anos, em abril de 2017, e até à data nada disto ainda se processou. Esclareça-nos o que é que se passa em relação a esta matéria; quais é que são os entraves que fazem com que isto não se ponha em marcha. -----

Depois, uma outra questão, toda a gente questiona: será assim? Não será? Ninguém percebe nada. É uma questão que desde há muito tem sido colocada. Diz-se que o Sr. Mário Ferreira tem exclusividade da navegação no Rio Tua, que inclusivamente as empresas que se queiram constituir para poder operar no Rio Tua, com pequenas embarcações, lhes está vedado devido à exclusividade do Sr. Mário Ferreira. Perguntava-lhe, caso queira, possa e saiba informar, o que é que se passa relativamente a esta matéria? -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Sra. Deputada Aurelina Pereira. -----

DEPUTADA AURELINA PEREIRA (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

Decorreu nos dias 19, 20 e 21 de julho em Alijó a segunda edição da *Alifeira - Vinhos e Sabores dos Altos*. A iniciativa promovida pelo Município de Alijó, em parceria com a *Vinho Grandes Escolhas*, cujo objetivo foi promover os produtos endógenos, os vinhos, os produtores e as empresas do Planalto de Alijó, uma zona especialmente vocacionada para produzir vinhos brancos de excelência. Em simultâneo, decorreu a terceira edição do festival *Sons no Parque*, festival promovido pelo Município de Alijó, do qual a Freguesia de Alijó foi parceira. No decurso do festival foi disponibilizado gratuitamente o acesso a vários concertos de sonoridade e géneros musicais diferentes, quer de bandas de música de

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

8

renome, bem como de grupos nacionais emergentes no panorama artístico nacional e internacional. -----

Com a realização destes eventos em simultâneo, valorizamos a economia do nosso Concelho e apostamos no seu enriquecimento, diversidade e dinâmica cultural e social. Julgo que ambos os eventos ganharam ao serem realizados em simultâneo, pois apesar do público-alvo ser diferente, e como diz o ditado, "a curiosidade aguça o engenho", os mais jovens visitaram a Feira e os menos jovens tiveram curiosidade de visitar o festival de música. Julgo que estamos no bom caminho ao conjugar a realização destes eventos. Prova disso foi a realização da primeira edição do *Wine & Music Valley - Festival de Música, Vinho e Gastronomia*, recentemente realizado em Cambres, que foi organizado com a mesma orientação. -----

A intensa atividade destes três dias foi encerrada com um grande concerto de tributo aos *Queen*, da banda *One Vision*, com a Banda Filarmónica de São Mamede de Ribatua, que uma vez mais nos surpreendeu com a qualidade dos seus músicos. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Nuno Filipe Jorge. -----

DEPUTADO NUNO FILIPE JORGE (PPD/PSD.CDS-PP): Mais uma vez, boa tarde a todos. Eu só quero dar aqui uma pequena nota relacionada com o incêndio que decorreu na minha freguesia no dia 24 de julho. Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta que estiveram associados a que este incêndio fosse controlado da melhor forma, e não posso deixar de dar aqui um agradecimento muito especial a todas as instituições que estiveram envolvidas. De facto, foi de um grau elevado de combate, mas as nossas autoridades estiveram todas muito bem e eu não me posso queixar disto, porque de facto não era aquilo que a gente queria, o incêndio assumiu dimensões muito grandes. Quem esteve no terreno e viu, como o Sr. Presidente de Câmara e os nossos Vereadores, sentiram alguma dificuldade. E este agradecimento é para todas estas pessoas que estiveram associadas e combateram este grande incêndio. Tenho que manifestar aqui o meu sincero agradecimento. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Raffaele Batista. -----

DEPUTADO RAFFAELE BATISTA (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----
Queria começar esta minha intervenção por agradecer ao Executivo deste Município e aos seus colaboradores pela organização do Festival do Moscatel que, de ano para ano, se tem tornado um grande sucesso, quer a nível de organização, quer a nível de participação dos *stands*, daquelas pessoas que vão expor os seus trabalhos, quer a nível de mobilização de gente à Freguesia de Favaios. Quero também deixar um grande agradecimento à Adega Cooperativa de Favaios pelo grande apoio que dá para que esses eventos sejam realmente um grande sucesso. -----

Quero também agradecer, no âmbito do Festival do Moscatel, a todos os Presidentes de Junta e suas gentes que participaram no desfile etnográfico. A vós, o meu muito obrigado. E dizer-vos também que, sempre que houver um evento nas vossas Freguesias, podem contar com as pessoas de Favaios, que também teremos todo o gosto e disponibilidade total para participar também nos vossos eventos. -----

Queria também deixar aqui uma palavra de apreço ao Executivo pelo grande esforço que fez para termos a nossa estrada que liga a Ponte da Ribeira a Soutelinho, que nesta altura

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

9

de vindimas é bastante útil, e devido a todos os contratempos que houve, a falta de empreiteiros a concorrerem a essa obra, tudo fizeram para que ela conseguisse estar aberta nesta altura que tanto jeito dá a muitos agricultores daquela freguesia e não só. -----
Queria acabar a minha intervenção agradecendo novamente pela execução da obra da Rua da Eira, em Soutelinho. É uma obra que todos prometeram, é verdade, mas que só houve um Executivo que a realizou. Por isso, a este Executivo, ao Sr. Presidente da Câmara, que assumiu um compromisso na altura das eleições, o meu muito obrigado por cumprir a sua palavra. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Toni Afonso. -----

DEPUTADO TONI AFONSO (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

Gostaria de falar aqui um pouco sobre o trabalho que tem sido feito de prevenção, até ao momento, pelo menos nas áreas de primeira e de segunda prioridade. Se calhar ainda é um pouco cedo para estar a falar disto, mas vou arriscar um pouco, dado que o período crítico avançou até ao dia 10 de outubro, mas acho que até ao momento, devido ao esforço, tanto dos Presidentes de Junta, como dos nossos bombeiros, como das autoridades e também por parte do Município na abertura de alguns estradões pelo Concelho. Acho que a taxa de sucesso tem sido muito boa para este ano. Espero que assim continue até ao final, e fica aqui o meu agradecimento em nome de toda a população do nosso Concelho, perante as autoridades, os nossos bombeiros e também ao Município por todo o esforço realizado. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Veloso. -----

DEPUTADO JOAQUIM VELOSO (PS): Cumprimenta os presentes. -----

Queria dar uma palavra de agradecimento e parabéns às entidades organizadoras do Festival do Moscatel que se realizou em Favaios, nomeadamente à Adegas Cooperativas, Junta de Freguesia e Câmara Municipal, assim como todas as Freguesias participantes no cortejo. A todos, muito obrigado. -----

Sr. Presidente, tenho reparado que anda a compor o ramal da água no Cimo da Rua em Favaios, nomeadamente do Beco das Queridinhas, e queria-lhe perguntar: para quando a Rua da Amargura? Porque nós só conseguimos ter água através de depósitos e bombas para dar pressão para dentro de casa, senão não conseguimos ter água. Queria saber se vai já tudo de seguida ou se têm em mente que essa obra seja realmente realizada. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Cumprimenta os presentes. -----

É com agrado que registamos a presença do público nestas reuniões, que elas são feitas com dupla finalidade: para resolver os problemas dos munícipes e para dar a conhecer aos munícipes aquilo que fazemos aqui, e o que é, e aquilo que cada um faz. -----

Depois de tantos agradecimentos que já aqui houve, eu também vou fazer alguns, embora não tenha muitas razões para isso, mas também os faço porque sei ser grato quando as coisas correm bem. E então, as mesmas primeiras palavras de agradecimento vão para todo o Concelho. Todos nós sabemos a labuta que são as vindimas neste concelho. O vinho é o ouro, neste caso o ouro vermelho do concelho. Logo, pela minha parte, dou os parabéns



a todos os agricultores por desenvolverem esta riqueza, que no fundo é disto que a gente vive também. -----

Depois, também quero parabenizar Favaios, a gente de Favaios, particularmente a Adega e todos aqueles que se envolveram naquele evento. Claro está que nos já aqui foi dito pela colega Presidente de Junta de Alijó, todos nós nos congratulamos com tudo o que seja para promover, neste caso, o Moscatel, o vinho, as vindimas, esta labuta toda; servem para levar mais longe o nome do Concelho. Plenamente de acordo. Também deixo aqui um repto ao Sr. Presidente da Câmara: quando ele se empenhar e se propuser a desenvolver um evento destes na Freguesia de Vila Chã, também terá todo o meu apoio. -----

Depois, também queria dizer que aí é que está o cerne da questão, e sabem onde é que está o cerne da questão? Está tudo muito bem, e tudo muito bem feito, mas quem abrihantou aquele festival, quem lhe deu ser, quem realmente lhe deu alma e chama foram as Juntas de Freguesia, com a envolvimento dos seus Presidentes de Junta, que levaram lá gente e que souberam dignificar Favaios, o seu Presidente da Junta e todos aqueles que se envolveram naquele evento. Porque, se assim não fosse, não teria tido o brilhantismo que teve. -----

Depois, também não ficaria bem com a minha consciência se não dissesse aqui duas coisas sobre a Casa do Douro. Se repararam, já falei de vinho, já falei do ouro vermelho daqui do Douro. E a Casa do Douro é o motor de toda esta riqueza do Douro, e por sua vez de Alijó, que também está inserida no Douro. Portanto, foi aqui atrás dito por alguém que o Sr. Presidente da Câmara fez baixar à Assembleia da República e, portanto, tinha dúvidas. Também aqui houve um Sr. Deputado, não vou falar o nome porque não está aqui mas toda a gente sabe quem é. E o Sr. Presidente da Câmara também diz que votou por solidariedade, mas que até não concordava com a Casa do Douro. Pois bem, baixou outra vez à Assembleia da República, passou na Assembleia da República, e o que é que isso quer dizer? Quer dizer que os valores do Douro, os valores desta gente são muito mais importantes do que muitas vezes as convicções e as ideias de algumas pessoas. -----

Também o posso dizer, se calhar pensaram assim, num fio de conduta que pensam que devem ter, não deviam, porque se trata da região e da nossa terra, vamos defender a nossa terra. Sabemos que o PSD votou sempre contra todas as medidas, porque se calhar estaria interessado que aquilo estivesse em monopólio. Mas nós, Partido Socialista, votámos sempre a favor, ganhou-se, aí está a razão que nos assistiu de defender e aí está a Casa do Douro, que é importante para nós todos, para Alijó, para o Douro e para a região. -----

Depois, queria dizer ao Sr. Presidente da Câmara que não acho normal, o Sr. faz o que muito bem entende, e nós também temos cabeça para pensar. Não é normal, Sr. Presidente, entrar o ano e sair e não tem, ao menos a mim, nunca me chamou para dizer assim: Presidente de Vila Chã, temos aqui isto ou aquilo, vamos ver como é que isso se faz, como é que acha melhor, ou qualquer coisa. Pela parte que me toca, entra o ano e sai, nunca fui chamado pelo Sr. Presidente da Câmara para nada. Portanto, se tem alguma aversão, Sr. Presidente, ao Presidente de Junta, olhe, queria-lhe dizer que isto não é normal. Em democracia as coisas não se fazem assim. As coisas fazem-se dando as mãos uns aos outros, como foi o caso de Favaios. O Sr. pediu-nos para irmos, cá estivemos, demos o nosso contributo. Mas não acho normal que entre o ano e saia (se calhar, vai



passar o mandato) e o Sr. não precisa do Presidente de Junta de Vila Chã para nada, mas o Presidente de Junta de Vila Chã e a população de Vila Chã precisam da Câmara de Alijó, que é de todos, e é para servir todos. -----

Depois, já agora, também lhe pergunto Sr. Presidente, vejo aqui e bem, aplaudo, e fico contente quando há obras noutras Freguesias, muito bem, terão sempre o meu apoio. Agora, também acho que o devo interrogar: então os empreiteiros concorrem para as outras Freguesias e não concorrem para a Freguesia de Vila Chã? Acho estranho! Porque há um empreiteiro para todas as obras, menos para a de Vila Chã. O Sr. Presidente continue lá a fazer como muito bem entender, mas quero-lhe deixar aqui uma palavra: o Sr. é o Presidente de todos os municípios do Concelho de Alijó, e não de alguns, como se tem dado a nota. -----

Por isso, fica aqui a pergunta muito direta e muito objetiva – para quando é que as pessoas da Freguesia de Vila Chã, mais concretamente da Rua das Eiras, podem contar com aquela obra? Uma obra que já vem do outro mandato. -----

Depois, para finalizar, Sr. Presidente, queria também falar, mas falo depois, também não tem problema, que se calhar já tomei algum tempo. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Obrigado Sr. Presidente. Vou começar pela intervenção do nosso colega Nuno Filipe acerca do ACES do Marão e Douro Norte, e sugeria ao Sr. Presidente que fizesse um convite formal aos elementos do Centro de Saúde para virem cá explicar a temática logo que seja possível. De facto, era extremamente útil e a nossa bancada está totalmente de acordo em sabermos o que se passa no nosso Concelho. -----

Depois, passamos de imediato ao turismo, que já aqui hoje foi falado. E eu queria questionar diretamente o Sr. Presidente (até porque já o fiz no passado, já fiz aqui uma intervenção acerca dos equipamentos interativos que foram adquiridos para mobilar os postos de turismo de Alijó e do Pinhão) quando é que esses equipamentos vão finalmente entrar em funcionamento ao serviço das populações, dos municípios e das pessoas que nos visitam? Penso que já foram adquiridos em 2015, portanto tardam a entrar em funcionamento e se calhar, por este andar, quando lá chegarem, quando estiverem em funcionamento, já estarão obsoletos. -----

Uma outra questão, e também se prende com esta situação, dos equipamentos interativos dos postos de turismo, assistimos na comunicação social que, na semana passada, foi novamente verificado que houve algumas irregularidades na aquisição dos mesmos postos de turismo nalgumas câmaras municipais. Eu queria perguntar ao Sr. Presidente se nos pode tranquilizar e dizer, efetivamente, se Alijó não está envolvida nessa situação. -----

Depois, passamos também para a educação. Queria dizer que é preocupante a diminuição do número de alunos nas escolas do Concelho de Alijó. Foram muito menos do que no ano passado os que iniciaram a sua atividade letiva este ano. Portanto, a população, nota-se que está a decrescer, nomeadamente a população escolar. E queria também lamentar o facto de existir oferta de jardim-de-infância público em Favaios e não estar a ser utilizado por ninguém. Eu sou um defensor do serviço público de educação, saúde, etc. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

12

Depois, vamos passar para uma outra situação que também é genérica e transversal a todo o Concelho, e aqui mostro a nossa preocupação com a ecologia e ambiente, e também com as contas públicas. É verdade que se iniciou a substituição de algumas luminárias de iluminação pública por LED. Penso que até iniciou na minha freguesia, em Sanfins do Douro, a localidade de Agrelas foi totalmente substituída, inclusive até numa grande parte da estrada nacional onde efetivamente não mora ninguém. Acontece que depois passaram para Sanfins, e aí foi apenas, penso eu, que um quarto da estrada nacional foi onde as luzes foram substituídas, e pararam. Recentemente, foram substituídas luminárias na Freguesia de Vila Verde e Pópulo-Ribalonga. Eu pergunto Sr. Presidente, para quando é que essas luminárias LED, que vão fazer com que se poupe muito dinheiro ao Município em termos de energia, vão também para as outras Freguesias? -----

Depois, um outro tema que já foi aqui abordado pelo meu colega Luís Lameiras, que tem a ver com o Auditório Municipal. Efetivamente, aquele grande edifício, aquele grande ponto cultural do nosso Concelho que está ali à disposição, onde se gastou muito dinheiro, está parado há muitos anos. Eu diria que há tempo demais, para a cultura do nosso Concelho. Aqui também é preciso dar os parabéns à sociedade civil, porque efetivamente, no nosso Concelho, quem faz cultura, embora apoiada também pela Câmara Municipal, mas a verdade é que a dinâmica de avançar com programas culturais parte da sociedade civil. E falo concretamente das comissões de festas, das associações, e etc. Portanto, eu sei que a Câmara colabora, eu não posso dizer o contrário, colabora nessas organizações. Mas também é preciso haver alguma dinâmica de colocar definitivamente e de uma vez por todas o Auditório a funcionar. Porque ele esteve fechado cerca de três, quatro anos para obras. Eu lembro que, para construir inicialmente o Auditório, só demorou dois anos. Durante esse período em que esteve fechado, durante três anos, para obras, será que não conseguiriam ter resolvido todos os problemas que tinham? -----

Depois, uma última nota também relativamente às Piscinas Municipais, que foi a mesma coisa. Esteve fechada para obras, eu já aqui fiz nota na última Assembleia Municipal que as obras não corrigiram, efetivamente, os problemas. Portanto, lá está, gastou-se tempo demais em obras e não corrigiu definitivamente todos os problemas. -----

Uma última nota, e os meus colegas já deram os parabéns, e eu deixo aqui uma sugestão. Quem estudou um pouco de gestão sabe que, normalmente, é preciso criar uma marca. E quem não tem uma marca, associa-se a marcas de renome. Já aqui foi falado no Festival do Moscatel de Favaios, que extravasa os limites do Concelho. E por esse país fora, já não se conhece por "moscatel", conhece-se por "Favaios". E as pessoas pedem "um Favaios". O Vinho do Porto é a mesma coisa. Embora ele seja produzido por nós aqui no Douro, o vinho tem uma marca, que é a marca "Porto". Efetivamente, Sr. Presidente, em relação à Alifeira, concordamos completamente com a realização de uma feira de âmbito concelhio que promova os nossos produtos. E acima de tudo, Sr. Presidente, que não se foque apenas nos vinhos dos altos, mas sim que se foque principalmente, e eu acho que deve ligar o nome às marcas que têm poder por este mundo fora, nomeadamente o "Favaios" e, conseqüente, a marca primordial, o Vinho do Porto. Não nos podemos dissociar dessas marcas, porque são elas que têm produto de venda garantido. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Rocha. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

13

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (BE): Cumprimenta os presentes. -----

Sr. Presidente, tenho algumas perguntas para lhe fazer relativamente à freguesia de S. Mamede Ribatua e outras de interesse para o município: -----

Relativamente ao saneamento do Bairro do Areal não vou pedir nenhum esclarecimento porque iria repetir o que disse o Deputado Luís Lameiras. Na sessão da Assembleia Municipal anterior trouxe um assunto problemático relativo a uma rotura numa caixa de saneamento do Jardim das Laranjeiras relativa ao Bairro do Areal, em S. Mamede Ribatua, que está a despejar a céu aberto para o ribeiro, ao que aqui foi dito estar resolvido. Constata-se que, afinal, está tudo na mesma. Durante a festa de S. Mamede Ribatua esteve continuamente a verter os poluentes para o ribeiro cujo desagradável odor era sentido à distância. De uma vez por todas, Sr. Presidente, indique-nos um prazo para a solução de este urgente problema. Com a aproximação do Inverno aumenta o caudal de água no ribeiro o que "ajuda" a maquilhar o problema, mas não resolve. Gostaria que o Sr. Presidente informasse esta Assembleia quando vai resolver, de uma vez por todas, esta situação. -----

Ainda saneamento em S. Mamede Ribatua, Rua Carlos Agrelos. O Sr. Presidente lembra-se que esteve em S. Mamede para que fosse encontrada uma solução para o saneamento das habitações que estão a verter diretamente para o ribeiro. Falámos sobre o assunto e na possibilidade de sua resolução. Concluiu-se que com a substituição com mais profundidade do saneamento antigo ainda em tubos em cerâmica (grés) e com uma profundidade de mais ou menos vinte centímetros (na rua Carlos Agrelos), chegando-o às duas ou três habitações, mais acima, no troço da estrada nacional e até mais ou menos à antiga adega da Sandeman, resolveria o problema. Também sobre isto peço esclarecimento sobre o ponto de situação. -----

Poluição do ribeiro de S. Mamede. Há alguns anos a esta parte que este ribeiro, vem sendo metralhado com os poluentes, provenientes da ETAR de Alijó pertencente à empresa Águas do Norte. Ora isto implica a destruição das várias espécies da fauna residentes. Há vários anos que se fala sobre a construção de espelhos de água, de modo a embelezar e manter as espécies naquele bonito lugar, no perímetro do Jardim das Laranjeiras, pois bem, para isto será necessário um ribeiro despoluído. É neste contexto que peço ao Sr. Presidente da Câmara que intervenha junto do agente poluidor, Águas de Norte, no sentido de solucionar o problema e nos garanta que o vai fazer. Em futuras sessões da Assembleia Municipal voltarei a referir/acompanhar o assunto, quantas vezes for necessário, para sabermos o ponto de situação. -----

Estrada caminho/estrada municipal S. Mamede Ribatua / Castêdo. Sr.º Presidente, por diversas vezes trouxe o tema a esta Assembleia sobre o estado degradante em que se encontra esta estrada municipal, via de comunicação ou outro nome que queira chamar-lhe, uma vez que pôs em dúvida ser estrada municipal. Esta estrada que liga as duas freguesias, S. Mamede Ribatua e Castêdo, foi pavimentada por ordem da Câmara de Alijó. Ainda há muito pouco tempo, no seu mandato, foi beneficiada, e bem, com um tapete em asfalto pavimentado, um atalho mais ou menos a meio desta estrada. O estado da via está tornar-se intransitável para carros ligeiros ou pesados normais, com a chuva a tendência é piorar. Esclareça-nos Sr.º Presidente se é desta que vai mandar fazer alguma intervenção ou pelo menos "remendar" os buracos. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



Edifício da Escola Primária, Portas de Entrada Sede da Junta de Freguesia de S. Mamede Ribatua. Vou voltar ao tema porque há algo que não ficou bem esclarecidos também porque o Srº Presidente esqueceu-se ou não se lembrou de trazer a esta Assembleia Municipal o projeto e cadernos de encargos desta obra, tal como tinha prometido. Pois bem, após saber por terceiros que a sede da Junta de freguesia de S. Mamede Ribatua iria ficar no primeiro andar do edifício e com um elevador para este acesso, questionei-o sobre tudo isto, mais - sobre se tinha conhecimento dos custos de manutenção e quem os pagava. Respondeu-me que seria a Câmara e concluiu que uns cêntimos num investimento de milhares euros nada representava. Agora a pergunta é a seguinte: em mandatos futuros com composição de executivos, diferente, fica garantido o suporte dessas despesas de manutenção do dito elevador? É esta pergunta que lhe deixo. -----

Execução orçamental. Transferências correntes e de capital para Instituições sem fins lucrativos: sabemos que as transferências de capital necessitam de documentos justificativos mas as transferências correntes não. -----

PRESIDENTE DA MESA: Sr. Deputado, podemos deixar isto para o ponto 6 da Ordem do Dia? -----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (BE): Vou concluir Sr. Presidente. Então os valores orçamentados para 2019 eram nas rúbricas 04.07 Transferências correntes 296.000 € e nas transferências de capital, rúbrica 08.07 45.000 €. Quanto à rubrica anterior, devido ao montante, nada a obstar. O mesmo não acontece com a 04.07, é nesta rubrica que eu peço ao Sr. Presidente que nos faça o detalhe da sua execução até à data. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para esclarecer as questões levantadas pelos Srs. Deputados. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Cumprimenta os presentes. -----

Queria começar por dar os parabéns e felicitar todas as comissões de festas deste Concelho, pelas festas e romarias, pela forma participada e pelo dinamismo imprimido ao nosso Concelho nesta fase de verão, e pela promoção do nosso Concelho e da nossa cultura, dos nossos costumes. -----

Queria também congratular-me pela forma participada e excelentemente organizada como decorreu a *Alifeira*, a 10 de julho, e o nosso festival *Sons no Parque*. -----

Felicitar ainda pela forma, também muito participada e excelentemente organizada, como decorreu recentemente o Festival do Moscatel em Favaios e aproveitar aqui para tecer um rasgado elogio à Adegas Cooperativas de Favaios, pelo magnífico patrocínio que concedeu a este evento. É obviamente felicitar todas as Juntas de Freguesia, mesmo aquelas que não tiveram oportunidade de participar, que foram apenas duas, por se terem associado a este evento, e por terem enriquecido este evento. Muito obrigado a todos. -----

Como diz o Sr. Presidente da Assembleia, e bem, o vastíssimo rol de questões aqui levantadas, e percebo a ansiedade dos Srs. Deputados, designadamente o Sr. Deputado Luís Lameiras, que foi o primeiro. -----

Sr. Deputado, também queria o melhor para o meu Concelho, assim como o senhor quer o melhor para a sua terra e para a sua Freguesia. Portanto, não o critico por isso de forma alguma, mas há que perceber que "*Roma e Pavia não se fizeram num dia*" e acho que já me conhece, e é inquestionável a minha vontade em executar efetivamente os investimentos de



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

15

que já aqui falámos repetidamente, e que hoje, mais uma vez, aqui falamos. Mas eu convido o Sr. Deputado, peço desculpa pela insistência, a visitar a página 12, salvo erro, da minha intervenção e a visitar aquele rol de ações que estão ainda em tribunal. Um das a decidir, outras já decididas. E convido-o a acompanhar-me num pequeno raciocínio, eu vou-lhe dar uns números e o senhor, no fim dá-me o total, pode ser assim? Se quiser tomar nota, depois faz o somatório e no final diz-me quanto é. Ação transitada e divulgada contra o Município de Alijó por Higinio Pinheiro: um milhão, seiscentos e onze euros. Por Alberto Couto Alves (obras a propósito do Estádio Municipal): duzentos e cinquenta mil. SUMA Douro e SUMA Matosinhos: duzentos e quarenta mil. José dos Santos Fernandes & Filhos, de Sabrosa: cerca de seiscentos mil. Quanto a este último, estamos em vésperas de fechar parte dessa ação, por cerca de cento e cinquenta mil, porque nos parece que não há dúvida relativamente à execução.-----

Sr. Deputado, não sei se se teve oportunidade de fazer o total, mas anda muito próximo dos dois milhões e quinhentos mil euros. Isto para lhe dizer o quê, Sr. Deputado? Que com dois milhões e quinhentos mil euros, desde que nós tomámos posse em outubro de 2017, fazia-se muita obra, Sr. Deputado. Fazia-se o saneamento do Areal, faziam-se as praias fluviais que o senhor quer, fazia-se muita coisa. -----

Relativamente ao Bairro Social, tem razão, e reconheço; é urgente a intervenção neste bairro no sentido da sua reabilitação. Como sabe, estamos neste momento a intervir no Bairro Social de Alijó. Seguidamente, partiremos para o Bairro Social de São Mamede. Garanto que será o próximo. Não lhe posso dizer que é já amanhã, mas será o próximo a intervir. Conheço perfeitamente a situação do Bairro Social de São Mamede de Ribatua. ---
Relativamente às praias fluviais, isto foi já explicado pelo Sr. Deputado António Rocha, não será propriamente um investimento mais desejável neste momento, dadas as circunstâncias e o nível de poluição daquela ribeira. -----

Relativamente ao Teatro Auditório, foram aqui tecidos alguns comentários bastante díspares uns dos outros. Eu quero-vos dizer, Srs. Deputados, a licença de funcionamento daquele espaço caducou em maio, se a memória não me falha, de 2013. Nós levámos até 2 de Outubro de 2017 para conseguir a licença provisória da reabertura daquele espaço. Também já foi aqui dito que esta licença provisória foi emitida, salvo erro, em maio de 2016. Estivemos ano e meio à espera que a autoridade nacional competente para este licenciamento nos enviasse essa autorização provisória. E pasme-se, foi esta a expressão que eu usei na altura, que chega a este Município a licença provisória, um dia depois das eleições autárquicas de 2017. Salvo erro, dia 2 de outubro. Eu até fiz este desabafo: "estavam mesmo à espera de ver quem ganhava as eleições!" Portanto, ano e meio à espera, já as obras terminadas, e nós estamos à espera que chegasse ao Município uma licença já emitida. Estava em espera, portanto. Ora bem, fizemos avultadas obras na reabilitação do Auditório, designadamente na sua cobertura, na sua reabilitação interior, mas falta a cobertura interior do Auditório. É um avultado investimento. É natural que as coisas se vão degradando. Quero-lhe recordar, Sr. Deputado, que têm aí nos documentos desta reunião, há aí um ponto que tem a ver com uma revisão orçamental, e teve a oportunidade de ver que foi incluído um projeto para a substituição do teto interior do Auditório. Portanto, é sinal que se está a trabalhar. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

16

Relativamente ao relatório e às propostas da Comissão do Património, constituída por esta Assembleia, peço-lhe que aguarde os próximos documentos previsionais Sr. Deputado. Terá oportunidade de inferir até que ponto as propostas foram ou não consideradas. -----

Quanto ao Plano de Mobilidade do Vale do Tua e à exclusividade de Mário Ferreira, quando chegámos em 2013, já a concessão tinha sido atribuída em regime total de exclusividade, em regime de exploração comercial de exclusividade total para Mário Ferreira. Julgo que serão assinados amanhã os contratos com os empreiteiros para a reabilitação da linha e dos taludes, para que finalmente o sistema de mobilidade entre em funcionamento. -----

Relativamente ao Posto de Turismo do Pinhão, percebo a necessidade, sei dessa necessidade, sei dessa urgência. Tenho o compromisso de o instalar até ao final do ano. Já foi aqui também informada esta Assembleia. Julgo que ainda irei a tempo. -----

Agradeço também a intervenção da Sra. Deputada e Presidente de Junta Aurelina Pereira, relativamente à avaliação que faz do evento *Alifeira*. -----

Sr. Deputado Joaquim Veloso, fala-me aqui na substituição da conduta de água na Rua das Queridinhas e pergunta para quando a reabilitação do sistema de distribuição de água na Rua da Amargura. Quero-lhe dizer que no Beco da Rua das Queridinhas, pura e simplesmente, a água deixou de chegar às pessoas. As condutas eram muito antigas, completamente obstruídas, e foi necessário intervir, e aproveitámos para requalificar todo o sistema nessa rua. A minha intenção é requalificar todo o bairro, inclusive as infraestruturas de água e saneamento. A reabilitação das infraestruturas de distribuição de água na Rua das Queridinhas foi feita com os funcionários do Município. Falta apenas pavimentar, vamos repavimentar também com outro tipo de pavimento. -----

Sr. Deputado António Joaquim Fernandes, não percebo. Começa por nos dizer que passa o ano e eu não o convido, não o chamo, mas há bem pouco tempo estive aqui sentado numa reunião que eu convoquei, com as juntas de freguesia, a propósito da realização do Festival do Moscatel e do desfile. Esteve, com certeza. -----

Relativamente às obras de Vila Chã, acho que o comentário depreciativo que teceu relativamente à empreitada que foi lançada não faz sentido nenhum. Como disse, o projeto técnico era da autoria de um projetista, de um técnico credenciado. Foi feito com base em preços de mercado, e foi um concurso público aberto a todos os empreiteiros do país. Infelizmente, como sabe, não teve concorrentes. Mas também lhe quero dizer, Sr. Deputado, aquela necessidade já se vinha sentindo há muitos anos, e nunca lhe ouvi falar nela. Falou agora recentemente. Chegou-lhe a pressa agora. Mas eu percebo; por isso avançamos agora. -----

Sr. Deputado Cláudio, relativamente aos equipamentos que foram adquiridos para equipar os dois postos de turismo de Alijó, no Auditório e do Pinhão. Quero-lhe dizer que os equipamentos não foram adquiridos em 2015. Foram adquiridos no final de 2016, transição para 2017; aliás, eles foram entregues, salvo erro, em fevereiro ou março de 2017. Efetivamente, não foram ainda instalados, nem num lado, nem no outro. Já foi aqui explicado porquê. E questiona, relativamente ao processo de investigação que está a decorrer aos investimentos nas lojas interativas que funcionam em rede, na Rede Turismo do Porto e Norte, se no Município de Alijó foi alguém constituído arguido. Julgo que foi esta a sua questão, não? Envolvidos? Nós estamos, que nós adquirimos os equipamentos; quis

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



o destino que os equipamentos fossem adquiridos a empresas que estão a ser investigadas pela Polícia Judiciária nesse âmbito. É verdade. Mas agora também aproveito para deixar a dica: que eu saiba, não estou constituído arguido. Se é isso que o preocupa, ou se preocupa aqui alguém, eu, que eu saiba, até ao dia de hoje não estou constituído arguido. Fica a informação. -----

Relativamente à iluminação pública e à sua avaria em Sanfins do Douro, nós sabemos que na sequência de uma trovoadas que ocorreu, e estou a explicar, fundiu uma série de luminárias que tinham sido até substituídas há relativamente pouco tempo, três, quatro anos, se a memória não me falha. Sei que há uma das ruas que está sensivelmente há um mês sem iluminação, isto porque a EDP, mais uma vez a EDP, não usa aquele tipo de luminárias, e portanto, também não tem em stock o tipo de luminárias *standard* para ali instalar. Temos insistido diariamente, não sei se o Sr. Vice-Presidente hoje já entrou em contacto com o gestor da região no sentido de saber se efetivamente têm uma resposta ou consegue fixar aqui um prazo para executar a substituição daquelas luminárias. -----

Quero-lhes dizer também que foi recebido hoje no Município, da Autoridade de Gestão 2020, a resposta positiva a uma candidatura que nós apresentámos a fundos comunitários no valor de setecentos e quarenta mil euros para substituir três mil e quinhentas luminárias no nosso concelho. Foi recebido, precisamente hoje, a sua aprovação. Portanto quer dizer que a substituição de lâmpadas obsoletas por iluminação LED está na calha. É para três mil e quinhentas luminárias, não sei se o Sr. Vice-Presidente tem aí quantas luminárias temos no Concelho, mas obviamente aquelas que já foram substituídas, e são muitas, não o serão. Sr. Deputado António Rocha, relativamente à reparação da rutura na caixa de saneamento que referiu, foi efetivamente mandado reparar. Se persiste, é lamentável, efetivamente. Temos que ver. -----

Saneamento na Rua Carlos Agrelos. Sabe, Sr. Deputado, eu descobri mais tarde que afinal de contas a Junta de Freguesia, foi-me dada essa informação, terá investido bastante na construção de uma fossa para parte dessa rua ou parte dos moradores dessa rua, cujos moradores nunca se terão ligado a esse equipamento, e que hoje, terá questionado quem presidiu à Junta de Freguesia nesse tempo, e que hoje reivindica uma ligação ao saneamento. Eu estive lá, como sabe, o senhor acompanhou-me, vi o levantamento que os técnicos fizeram. A rede de saneamento que existe hoje na rua tem cotas para que toda a gente se ligue. Portanto, não há razão nenhuma para descargas abusivas, ilegais, naquela ribeira. Eventualmente, se quisermos não considerar este equipamento executado pela Junta de Freguesia que comecei por referir, vimos que faltam ali vinte metros de ramal, se quisermos não considerar este equipamento. Se quisermos considerar, são duas ou três casas; que têm alternativa para se ligarem a este equipamento. -----

Relativamente à ETAR de Alijó, nós temos conhecimento que as Águas do Norte têm previsto um investimento na requalificação e amplificação da capacidade desta ETAR para o dobro, até porque se prevê que a adução de efluentes vindos de Favaios e do Parque Industrial a isso obrigarão. -----

Relativamente aos custos de manutenção do elevador da futura sede de Junta de Freguesia de São Mamede. Sr. Deputado, não sei quanto é que isso representa, efetivamente, não sei. Mas quem investe cerca de trezentos mil euros num equipamento, dificilmente fará contas a



uns cêntimos para manutenção do elevador. Isto é como ter um Ferrari e pensar que não tem dinheiro para a gasolina. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela para colocar novamente a sua questão. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Obrigado, Sr. Presidente. Nas Piscinas Municipais, era uma nota que era lembrar, a semelhança em relação às obras do Auditório. O Auditório esteve fechado três anos e tal, para obras, e não foram detetados todos os problemas e concluídas todas as obras. E as Piscinas Municipais, era uma questão que eu já tinha levantado na sessão passada, que efetivamente, elas sofreram obras na cobertura e nos tetos, e efetivamente os munícipes que as frequentam queixam-se que continua a chover dentro da Piscina Municipal e que o teto falso estará em más condições. É isso, Sr. Presidente. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Respondo da mesma forma que respondi ao Sr. Deputado Luís Lameiras. Consta da ordem do dia um projeto exatamente para esse efeito, que é para a impermeabilização, ou reabilitação se quiserem, da cobertura das Piscinas. Sabemos perfeitamente o estado em que está. Sabemos que é urgente intervir, e vamos fazê-lo, aliás, o processo está pronto. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Pergunta aos Srs. Deputados se há alguma questão por responder. -----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (BE): O Sr. Presidente foi informado do saneamento antigo feito pela Junta de Freguesia. Não foi a Junta de Freguesia, foram particulares, assim é que é. Se fosse a Junta de Freguesia, nem o poderia fazer, como é óbvio. Isso era discriminação negativa. Então a Junta de Freguesia faz o saneamento privado? Aquele é um saneamento privado, foi pago por quem o fez, com uma fossa que existe, que estava a "botar" para o ribeiro, que também esteve a céu aberto, e agora já nem por isso, e que a Estação Elevatória veio anular em parte. Portanto, este saneamento está a vinte centímetros, e disse já o Sr. Presidente na altura, e é em tubos de grés, e é um saneamento pago por privados. Estamos a falar há muitos anos, que eu se calhar ainda era miúdo. Há muitos anos. Portanto, não foi a Junta de Freguesia, aquilo foi feito por alguns moradores. Eu sei de alguns que pagaram e a maior parte deles já morreu. Portanto, nesse aspeto, se vir que serve para todos... Digo-lhe já, a casa dos meus padrinhos não dá, e está no rés-do-chão, e não dá para lá. -----

Relativamente à ETAR, se vai aumentar, também não me respondeu. Se vai aumentar, aumentam os problemas. -----

Quanto ao elevador, eu aconselhava o Sr. Presidente a pedir o parecer técnico sobre os custos do elevador. -----

PRESIDENTE DA MESA: Pede ao Sr. Presidente da Câmara para esclarecer estas questões. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Peço desculpa, mas ou eu não entendi a questão que o Sr. Deputado António Rocha colocou, ou então eu não me fiz entender. Há duas situações distintas. Uma delas é a conduta de saneamento que se está a instalar, já está instalada, que existe em grés, há muitos anos, que terá sido feita por particulares. Não estava a falar desse, esse está lá. O que eu lhe disse foi que a inspeção feita pelos técnicos, com GPS,



diz que a cota existente dá para todos os moradores, dali até ao cruzeiro, se possam ligar. Eventualmente, pode dizer assim: "então mas os ramais, as caixas de visita à porta?". Mas a conduta existente permite cota para que possa haver ligação. -----

Estava-lhe a falar de outro investimento, no início da rua à esquerda. Portanto, quem chega à rua, logo do lado esquerdo. Julgo que são duas moradias, duas casas, para as quais terá sido construído em tempos pela Junta de Freguesia. Julgo que terão inclusive adquirido o espaço para, nas traseiras destas duas moradias, construir um equipamento, um coletor de saneamento, e que nunca se terão ligado a essa rede. O equipamento existe, é uma questão de se ligarem. -----

Relativamente à obra de Vila Chã, tem que aguardar, Sr. Presidente. Tem que aguardar, não é? Se eu lhe digo que é para amanhã, vai dizer-me "porque é que não foi para ontem?". Tem que ter calma, está bem? Muito obrigado. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

PRESIDENTE DA MESA: Terminadas as intervenções do período de antes da ordem do dia, pergunto aos membros do público se alguém pretende usar da palavra na Assembleia Municipal. -----

Inscrevem-se os Srs. Francisco Pereira, de Francelos, Olivério Teixeira, de Sanfins do Douro, e Francisco Guedes de Amorim, de Santa Eugénia. -----

FRANCISCO PEREIRA: Boa tarde para todos. Existe um lote público em Francelos que se calhar já não é, e é privado. E houve um senhor que se chama Jorge Casimiro que pôs o lote, que é público, é uma eira, em nome dele pela lei de usucapião em 2013. E eu, venho aqui à Câmara para ver qual é a possibilidade de reverter o lote novamente para ser público, porque aquele lote que ele ocupou vai tapar uma rua que fica sem saída. O Sr. Vítor Ferreira já lá esteve no local, sabe onde é que é, e com a apropriação por parte do Sr. Jorge Casimiro, a população de Francelos, além de perder um lote que é do povo, ainda perde uma rua que fica intransitável, fica sem saída. Portanto, peço que alguém deste Município que possa solucionar o problema. Muito obrigado. -----

OLIVÉRIO TEIXEIRA: Muito boa tarde. Queria só pôr alguns problemas que dizem respeito a Sanfins do Douro. E no que diz respeito a Sanfins do Douro, nós temos diversos problemas, como seja a reabilitação ou não da Casa do Nóbrega, que foi só o maior vulto português do século XVI. Gostaria de saber o que é que se passa em relação à residência, se tem capacidade para albergar todos os eventos sociais, seja da Junta de Freguesia, seja para Correios, seja para Centro de Saúde, seja sedes para as associações que as não têm, seja um ginásio para as pessoas idosas ou menos idosas praticar. Seja o campo de futebol, que não está relvado há cem anos, seja a ETAR que continua quase no meio da vila, mal foi não ter sido feita no terreno. -----

Os caminhos de acesso ao bairro não estão em condições de ser transitados. Portanto, relativamente há pouco tempo, quando o Sr. Presidente lá esteve em Sanfins do Douro para apresentar o projeto para a Requalificação do Santuário, fiz essas mesmas perguntas ao Sr. Presidente e ele respondeu, e muito bem, e gostaria de ver rebatido, que é "pergunte aos sanfinenses porque é que a Residência está assim, porque é que a Casa do



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Declambrante Património Natural

Nóbrega está assim, porque é que tudo isto está assim? Pergunte aos sanfinenses". E, na minha opinião, muito bem, porque é dado a perceber é que ao dar esta resposta presumo que não lhe tenha chegado ao Sr. Presidente tudo aquilo de que Sanfins necessita. -----
No que diz respeito ao Santuário, gostaria de saber Sr. Presidente, uma vez que o projeto foi aprovado, gostaria de saber para quando é que o Sr. Presidente prevê que se dê início às obras, uma vez que já começa a haver uma certa descrença acerca da sua realização. Muito obrigado. -----

FRANCISCO GUEDES DE AMORIM: Obrigado, Sr. Presidente. Aproveito para, na sua pessoa, cumprimentar a Mesa, cumprimentar o Executivo, Sras. e Srs. Vereadores, público presente e Deputados Municipais. -----

Dirijo-me diretamente ao Presidente da Câmara para facilitar esta minha intervenção. -----
Sr. Presidente queria-lhe agradecer, não tive oportunidade de estar presente na última Assembleia Municipal, apareceu um tracejado na estrada que liga o nó do IC5 até Santa Eugénia. Queria-lhe agradecer por isto. É de facto importante valorizar e recondicionar as vias rodoviárias do Concelho, designadamente, e não precisa que eu venha aqui falar sobre isto mas, é de facto importante que hajam vias rodoviárias num território como o nosso, com aglomerados populacionais dispersos que, se não tiverem vias de ligação convenientes, acabam por condicionar o desenvolvimento socioeconómico, para não falar do desenvolvimento humano. -----

O que eu não percebo Sr. Presidente, é o tracejado na estrada de Santa Eugénia para Pegarinhos. Isso, eu não percebo. É como vestir uma camisa lavada sem tomar banho. Aquela estrada não precisa de tinta, precisa de alcatrão. Quer dizer, eu vejo aquela tinta toda, as pessoas passam ali a vinte quilómetros à hora, a camioneta da escola passa ali a vinte quilómetros à hora. Só se for, sei lá, para os javalis perceberem que estão a atravessar da Codiceira para a Quinta do Carvalhal. É tomar as pessoas por tolos e as pessoas dali não são tolas. Nem as de Santa Eugénia, nem as de Pegarinhos. Porque não fazer a mesma coisa na estrada que vai para Martim, ou na estrada do Franzilhal para o Amieiro, ou na estrada de quem vem da Balsa para Vilar de Maçada? Pelos vistos até quem vai de São Mamede para o Castedo. Se pintasse lá nessas vias, até podia ser uma ciclovia! -----

Recentrando então a questão Sr. Presidente da Câmara, gostava de lhe perguntar, é uma pergunta para uma resposta de sim ou não, não lhe vou pedir um prazo, porque já o massacraram o suficiente com isso, mas pergunto-lhe: no tempo que lhe resta como Presidente desta autarquia, se vai ou se pretende recondicionar a rede viária das estradas municipais? Aproveito também para lhe dizer que *"Roma e Pavia não se fizeram num dia"*, mas a primeira coisa que eles fizeram foi uma estrada a ligar as duas. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Agradeço, antes de mais, aos elementos do público que colocaram estas questões e me vão conceder a honra, na medida do possível, se eu souber dar aqui a resposta. -----

Relativamente à primeira questão colocada pelo Sr. Francisco Pereira, de Francelos, que refere a anexação de um lote de terreno público, eventualmente público, tenho conhecimento que efetivamente, este morador que refere, há uns anos atrás terá tentado



ocupar abusivamente este mesmo lote e que foi reprimido pelo Município. Entretanto, também sei, porque conseguimos apurar isto, que este munícipe terá, por usucapião tomado posse daquele espaço. Processo que, com certeza, ninguém se apercebeu, o certo é que ele fê-lo. Fomos alertados mais recentemente pela Junta de Freguesia de que ele estaria novamente a construir nesse espaço. Mandou-se imediatamente o fiscal ao terreno, tendo este morador exibido o título de propriedade. O fiscal, nada pôde fazer, reportou-nos o facto, e temos agora que, com a ajuda da Junta de Freguesia e de algumas testemunhas conhecedoras do espaço e do uso daquele espaço desde tempos imemoriais, mover uma ação para tentar reverter a ocupação indevida daquele espaço. -----

Sr. Olivério, citou aqui um desabafo meu que provavelmente terá sido descontextualizado. Quase com toda a certeza. Eu não poderia responder-lhe "pergunte aos sanfinenses" porque é que estes equipamentos, estes imóveis, estão na situação em que estão. -----

Mas, provavelmente, relativamente a uma outra situação que terá sido falada, admito que o possa ter dito. A dada altura tive uma reunião com a Sr^a. Presidente de Junta, na altura estaria também na qualidade de Presidente da Junta e elemento do Rancho, com elementos da direção do Rancho, em que estávamos a analisar a possibilidade de arranjar em Sanfins do Douro um espaço para acomodar aquela associação. Um espaço condigno. E levantaram-se logo ali vários imóveis em Sanfins, alguns deles devolutos, alguns até em ruínas, e acredite que fomos para o terreno e tentámos, e a direção do Rancho também o fez, tentámos conseguir a aquisição de um desses espaços, mas não se adivinha fácil, por várias razões. Uns não vendem, outros pedem uma exorbitância pelo espaço. Portanto, não foi possível. Mas julgo que o contexto que me terá dado não terá sido exatamente este. Como compreende o edifício da antiga Residência é um edifício enorme. Teríamos, se calhar, e podemos fazê-lo perfeitamente, discutir com a população de Sanfins do Douro que fim efetivamente poderia ser dado àquele imóvel. Haverá um projeto para eventuais fundos comunitários, porque, como deve compreender, reabilitar aquele edifício, só por si, é uma enormidade. É uma enormidade. -----

Relativamente ao campo de futebol, percebo, seria obviamente bem melhor ter um campo relvado. Mas que dizer? -----

Relativamente às obras do Santuário, obras prometidas, de reabilitação do acesso à Sra. da Piedade, quero-lhe dizer que estão neste momento na contabilidade para avançar para a contratação pública. Portanto, da minha parte, está feito, julgo que não vamos perder muito tempo mais até a obra entrar em concurso. -----

O Sr. Olivério identificou aqui uma série de situações, carecedoras de intervenção, obviamente, mas tudo o que o Sr. Olivério aqui disse, tem noção de que isso, sendo uma necessidade, reconheço, requer muitos meios e muito tempo para ser executado. Diz muito bem, desde há muitos anos. -----

Eu penso que a obra que projetámos de reabilitação do acesso à Nossa Sra. da Piedade é fundamental e estruturante. Por isso lhe damos prioridade. Eu costumo dizer que Sanfins provavelmente terá os piores acessos internos do Concelho de Alijó. Então, como vila, tem de certeza absoluta. Portanto, exige um investimento muito grande. Mas também não podemos chegar a tudo de uma vez. Para nós, este investimento é fundamental, porque vai permitir criar atractividade, naquele Santuário e naquele território. Vai permitir que muita



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

22

gente possa vir, com dignidade e com condições, visitar aquele Santuário e Sanfins do Douro. É um ponto de partida. Muito obrigado. -----

A rede viária; isto entrou num levantamento de vias municipais que estavam sem marcação visível, e portanto era necessário remarcá-las para evitar problemas de segurança. Na impossibilidade de avançar de imediato para a repavimentação da estrada que referiu, de Pegarinhos a Santa Eugénia, que também a prometi, não vejo porque não remarcá-la. Vê nisso algum erro? Vê nisso algum defeito? algum problema? Muito obrigado. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PRESIDENTE DA MESA: Abre o período da ordem do dia. Introduce o **PONTO UM – Exposição do Sr. Presidente da Câmara.** Passa a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. --

PRESIDENTE DA CÂMARA: A minha intervenção dispensa apresentação. Portanto, foi disponibilizado aos Srs. Deputados em tempo útil. Está aqui uma relação de toda a atividade desenvolvida pelo Município, desde a última sessão da Assembleia Municipal. Estou disponível para esclarecer o que entenderem. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Pede aos Srs. Deputados que pretendem intervir no âmbito deste ponto para se inscreverem. Inscreveram-se os Srs. Deputados Luís Lameiras, Cláudio Vilela, António Fernandes e Márcio Ribeiro. Passa a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras.

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Vou fazer aqui uma intervenção muito breve, de carácter genérico, relativamente a este ponto n.º 1. Sessão após sessão da Assembleia Municipal, este ponto n.º 1 referencia-nos toda a atividade da Câmara desde a última Assembleia até à Assembleia presente. Isto é mais do mesmo, isto são questões de intervenção rotineira. Eu gostaria, de facto, de ver aqui neste ponto projetos, obras que catapultassem, que elevassem o Concelho na senda do desenvolvimento, que o levassem para o mapa, ficasse conhecido. Era nesse sentido que eu gostava de ver aqui projetos neste ponto n.º 1. Ou obras que já estivessem em execução. Isso é que eu gostava de ver! Bem, mas percebe-se. O Sr. Presidente ainda há pouco, ao responder à minha intervenção relativamente ao período de antes da ordem do dia, lançou-me aqui uma série de dívidas, dívidas, dívidas, dívidas. Bem, essa vossa bandeira para desculpar a incapacidade de elevar o Concelho, de o pôr na senda do desenvolvimento, já vem desde 2013. Esse escudo já está todo crivado! Já não tem ponta por onde se lhe pegue! É isso que eu gostava de ver. -----

Depois, só para terminar, o Sr. Presidente reparou com certeza e respondeu aqui a algumas questões, a variadíssimas questões, infundáveis questões, e algumas até relativamente fáceis de resolver. Portanto não sou só eu, não é só o Partido Socialista, é também o público a questioná-lo acerca disso. E o Sr. Presidente vai empurrando com a barriga, vai dizendo que "é para amanhã". Mas depois chegamos a amanhã, e é para depois, e por aí fora. E o Concelho de Alijó continua na mesma, não sai da estaca zero, está estagnado! -- Sr. Presidente, de uma vez por todas, há que arregaçar as mangas, ter vontade e pôr projetos em prática que, de facto, desenvolvam o Concelho e as pessoas. Isso é que é importante! -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Declumbrante Património Natural

23

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Reporto a minha intervenção à página 8 e 9 da exposição do Sr. Presidente da Câmara para constatar o seguinte: já não é a primeira vez que o Sr. Presidente da Câmara nos apresenta aqui informação pouco cuidada. Se repararem, na assiduidade dos trabalhadores, as contas não batem certo. Apresenta um gráfico de 15/06 a 30/09, onde estão, nas colunas, oito trabalhadores que não estão a trabalhar; e no total apresenta quinze. Se olhar para a página seguinte, é precisamente o mesmo, e as datas sobrepõem-se. Portanto, há aqui uma clara e manifesta falta de cuidado na informação apresentada aos Srs. Deputados. -----

Depois, na página 9, vimos aqui que há um processo CEI, na área de limpeza e conservação de espaços públicos para 8 beneficiários, que também não se percebe quais são as datas de intervenção dos mesmos – entre 01/07/2019 e termina a 30/06/2019? Cá está, informação pouco cuidada. -----

Depois, passamos para a página 17 do mesmo documento e notamos aqui claramente a necessidade urgente de intervenção nos postos de turismo. Porque, efetivamente são muito poucas as pessoas que frequentam o nosso posto de turismo. -----

Depois, tinha aqui uma nota também para, na página 23, as pinturas das estradas de Santa Eugénia e Pegarinhos, para dizer que efetivamente as pinturas que foram feitas eram necessárias, mas também era necessário intervir em função do pavimento, do alcatrão. -----

Depois, vimos aqui também nos dados da contratação pública que continuam a ser contratados serviços externos, apesar da quantidade de técnicos que foram contratados para o Município. Portanto, os valores também são bastante elevados e o Município continua a contratar serviços externos para técnicos de que dispõe no seu quadro de pessoal. -----

Depois, relativamente à página 12, o Sr. Presidente há pouco fez aí umas referências que o meu colega Luís Lameiras já teve oportunidade de frisar, mas eu quero também dar aqui uma nota. Relativamente a esta situação, eu quero deixar aqui uma reflexão em voz alta, e dizer o seguinte: quantas crianças já jogaram futebol, praticaram desporto e utilizaram todos os equipamentos municipais que foram construídos ao abrigo desses processos? Quantos municípios já utilizaram todos estes equipamentos ao longo destes anos todos em que eles estão em funcionamento? Sim, de facto foram muitos equipamentos, e a utilização tem sido constante, e é uma necessidade do nosso Concelho. -----

Quanto ao acordo com os empreiteiros, os empreiteiros só os fazem porque o dinheiro que estavam a pedir é extremamente exagerado. E só por isso é que eles aceitam reduzir os valores. É um facto. Digo-lhe uma coisa, Sr. Presidente, se essas obras não fossem feitas naquela época, hoje não eram feitas com certeza. E acima de tudo, o que se demonstra é que o atual Executivo não consegue manter todos os equipamentos que foram construídos. Lembro-lhe, uma nota que o Sr. Presidente deixou aqui na Assembleia Municipal, é que quando recebeu o Município, e são palavras suas, Sr. Presidente, reconheceu aqui que o Município estava bem estruturado. -----

Depois, e para finalizar, queria deixar aqui, porque vai de encontro a esta situação e à situação de resolução de problemas do Município, queria aqui deixar uma sugestão ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Eu acho que era útil a marcação de mais reuniões da Assembleia Municipal. Porque, se constatarmos aquilo que se constatou aqui hoje, grande

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

24

parte dos problemas do nosso concelho são resolvidos ou no dia de hoje ou nos dias seguintes. Foram estas as respostas que o Sr. Presidente da Câmara nos deu. Portanto, quanto mais Assembleias Municipais houver, mais problemas serão resolvidos. É assim que funciona a democracia. Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Vamos então aqui fazer um paralelo entre as coisas. Primeiro, as minhas palavras vão agora para Sanfins. Parabenizar Sanfins do Douro. E porquê? Porque, e bem, foi anunciada com pompa e circunstância, até no dia de festa, saída da missa, com tudo que era necessário, para promover aquela obra na Sra. da Piedade. Concordo plenamente. Estou de acordo. Eu não me importo que se façam obras nas outras Freguesias. Estarei sempre de acordo que se faça. Agora estarei em desacordo quando não se fazem na Freguesia de Vila Chã. -----

Por isso, queria dizer, como gosta de dizer que não se fez isto no passado, que não se fez aquilo, pese embora que sei perfeitamente que não se fez tudo. Nem o Sr. Presidente quando sair vai deixar tudo feito. A vida é assim. É fazer umas coisas para partirmos para outras. Mas também, já que assim é, não fica bem ao Sr. Presidente pensar em vir para uma Câmara e encontrar tudo feito! Então não era necessário a Câmara, nem era necessário toda esta gente. Então, queria-lhe dizer que os socialistas também deixaram planeada, e repito, não fizeram tudo, uma variante a Sanfins do Douro. Isso é que era estruturante, e que era progresso, e que era desenvolvimento para aquela vila! Mas disso não ouvi falar. -----

Concordo com aquilo que o Sr. Presidente propôs, mas também vejo, porque não somos cegos, que isto é navegar à vista. Ora vamos lá ver, o que é que irá contentar aquela gente? Isto é fazer obra ao alcance das necessidades e dos calendários eleitorais. Cá estaremos para ver isso, Sr. Presidente. E reparem: então Sanfins, foi uma festa, há dois meses, se calhar nem tanto, apresentou o projeto, já está visto, já tem a consideração de toda a gente, está tudo muito bem. E então o projeto de Vila Chã não merece ser apresentado? Então a Rua António Saraiva do Pinhão, também não merecia ter uma apresentação para que as pessoas vissem e se envolvessem neste projeto? Então aqui o chafariz, que até nem tem água agora, aquela obra ali em frente que já ali está com silvas, com cobras, como dizem os alijoenses, e não se ouve nada sobre aquilo? Então a área envolvente ao Plátano? Então isso não merece também um projeto? Não merece também ser apresentado? Mas não, não se fala disso. Claro que tenho que me sentir, porque estou a ver que só eu aqui nesta Assembleia é que defendo a Freguesia de Vila Chã. Então a Freguesia de Vila Chã, para concluir, Sr. Presidente, não merecia também? E deixo aqui mais uma pergunta, muito direta e muito objetiva, o Sr. Presidente diga a esta Assembleia o que pensa fazer para a Freguesia de Vila Chã até acabar o mandato, porque depois outros virão, não é? Até acabar o mandato, o que é que tem para a aldeia de Carvalho, Chã e Vila Chã? Muito Obrigado, Sr. Presidente. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Sobre o presente ponto, eu pretendia fazer ressaltar quatro notas e deixar uma pergunta sobre a situação económica e financeira do Município. Começo pela pergunta, e muito concretamente, sobre as dívidas a terceiros



que estão aqui na página 6 do documento que estamos a apreciar. Relativamente à dívida a fornecedores de imobilizado, em que o valor ascende a 896.850,70 euros, sendo certo que, diz aqui que se inclui uma dívida à empresa Higino Pinheiro & Irmão. Eu gostava que o Sr. Presidente da Câmara nos esclarecesse sobre este ponto e sobre o impacto que esta dívida pode ter nas contas municipais. -----

Relativamente às quatro notas que pretendia deixar, a primeira delas cindia em duas, para dizer o seguinte, e digo isto com toda a cordialidade democrática ao Sr. Deputado Luís Lameiras, foi aqui abordada a questão da dívida como sendo uma bandeira da Coligação. Digo-lhe com toda a cordialidade, Sr. Deputado, que a bandeira da dívida é vossa. O Partido Socialista ergueu-a bem alto e ela continua bem içada e com um peso muito forte nas contas municipais. Portanto, a bandeira é vossa. -----

A outra nota, aliás meia nota, se assim quisermos dizer, é relativamente à intervenção do Deputado Cláudio Vilela, que nos deixa a todos siderados com a apologia da ilegalidade das obras municipais de anteriores mandatos. Disse que o que importa é fazer obra, e que inclusivamente os empreiteiros se deram ao luxo de pedir mais dinheiro do que aquilo que eventualmente ali investiram, ou que seria devido pela obra. Isto é de uma gravidade absoluta. Se houvesse projetos, se houvesse honestidade, se as coisas fossem feitas como deveriam, naturalmente que estes problemas não aconteciam. O Sr. Deputado Cláudio integra esta Assembleia há já vários mandatos. Que eu me recorde, em todos eles, quando o Partido Socialista estava no poder, aprovou todos os orçamentos e todas as contas do Partido Socialista, aliás, do Executivo Permanente socialista, sem qualquer reserva. Hoje vem-nos dizer que os empreiteiros abusaram. Está tudo dito. -----

As outras três notas, a primeira delas é para registar que relativamente aos pagamentos em atraso, à data de agosto, não existem pagamentos em atraso relativamente às contas municipais. -----

Quanto ao limite de endividamento, ele está contido dentro dos limites legais, o que nós também registamos. -----

Quanto aos prazos médios de pagamento, aquilo que se regista é que se paga praticamente à vista. O prazo é de 21 dias; longe vão os tempos em que se pagava a cerca de 900 dias aos fornecedores do Município. Hoje paga-se a 21 dias, portanto, praticamente contra fatura. Portanto, o rigor, o trabalho e a exigência dão frutos, sendo possível fazer mais e melhor pelo Concelho e ao mesmo tempo manter as contas equilibradas e respeitar os compromissos com os fornecedores da Autarquia. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Foram aqui levantadas algumas incorreções, algumas são normalíssimas, enfim, datas trocadas, eu penso que uma leitura mais atenta, é perfeitamente possível chegar à data correta. Acontece sempre, neste tipo de relatórios. Agora, eu quero-vos dizer, designadamente ao Sr. Deputado Lameiras que questiona este documento (a exposição do Presidente) que é uma obrigação do Presidente. Uma obrigação! Pode nem a ler, se quiser. Pode não a considerar, mas é uma obrigação que estou a cumprir. -----

O Sr. Dr. Márcio falou aqui no prazo médio de pagamentos de 21 dias. Eu quero-lhe dizer que ele era de onze dias. Já foi de sete, esteve em onze, neste momento só é de 21 por



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Declambrante Património Natural

26

uma razão muito simples: é que esta sentença transitada em julgado de 1.611.000 euros, para isso nos atirou, atrasou-nos o prazo médio de pagamento. Sabem porquê? Condenação. Era este exercício que eu, há bocadinho, convidei o Sr. Deputado a fazer e peço-lhe novamente que me acompanhe no meu raciocínio. Sentença, condenação de 1.611.000 euros. O empreiteiro, a partir daqui, só negocea connosco se quiser. Porque o Tribunal disse que a Câmara lhe deve, por obras anteriores a 2009, 1.611.000 euros. Desculpe! Vai-me ouvir agora até ao fim! Vai falar na sua vez, desculpe! Também lhe explico isso. Também lhe desmonto essa ideia errada que tem. ----- Depois de condenado o Município, negociámos à mesa com o empreiteiro o valor de 1.250.000 euros. Pagámos à cabeça 300.000 euros. Neste momento, estará em 870.000 euros, cerca disso. Em julho estava em 896.850, à data da elaboração deste documento. Estes 896.850 euros dizem respeito a uma condenação de 1.611.000 euros, que neste momento está em 870.000. -----

Ora, Sr. Deputado, eu desafio-o a dizer, como é que faria? Perante este cenário, repare que o nosso endividamento a curto e médio prazo tem vindo a baixar ao ritmo de um milhão por ano, não sei se reparou no relatório do Revisor Oficial de Contas, reportado a junho. Ao ritmo de um milhão por ano! Estamos pouco acima dos onze milhões. Mas se reparou, o nosso passivo está bem acima e tem vindo a subir. Sabe porquê, Sr. Deputado? Sentenças. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu fui visado aqui na intervenção do Sr. Deputado Márcio, que disse aqui várias inverdades acerca da minha atuação nesta Assembleia Municipal. Disse que eu votei documentos, quer de prestação de contas, quer de orçamentos, constantemente, e que agora veio a dar nisto, e que poderão ser ilegais. Eu quero lembrar o Sr. Deputado Márcio, que todos os orçamentos e documentos que eu aqui votei – posso concluir? – todos os orçamentos e documentos que eu aqui votei nesta Assembleia Municipal foram visados pelo Tribunal de Contas, foram aprovados pelo Tribunal de Contas, foram visados pela DGAL. Portanto, está tudo legal. Fizeram-se várias auditorias aqui à Câmara Municipal que não deram em nada. Deram naquilo que é. Até a Polícia Judiciária cá veio. Portanto, Sr. Deputado, não coloque na minha boca palavras que eu não disse. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Relativamente a isto quero dizer o seguinte: naturalmente que as contas que o Sr. Deputado Cláudio votou favoravelmente não continham a realidade daquilo que era a atividade municipal. Todas estas ações, ou grande parte delas, não constavam das contas. Mas havia documentos previsionais que era muito fácil fazer a concatenação entre aquilo que se previa e aquilo que se concretizava, para perceber que não batia a bota com a perdigota. E portanto, parece-me que há pouco rigor na apreciação quer dos orçamentos, quer das contas. Agora, eu nunca disse que houve ilegalidade na atuação do Sr. Deputado, porque votava aquilo que lhe apresentavam. São coisas muito distintas. -----

PRESIDENTE DA MESA: Introdz o **PONTO 2 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia ou seu substituto (também este Presidente de Junta de Freguesia) para**



participação no XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Pede aos líderes de bancada para apresentarem as listas de candidatos. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Em nome da bancada do Partido Socialista, quero apresentar o nome de duas senhoras Presidentes de Junta, que têm problemas graves nas suas Freguesias, que será uma maneira de as fazer chegar também à Associação Nacional de Municípios e debater e recolher também o auxílio de outras Freguesias e desta Associação para a resolução das mesmas. São problemas estruturantes do Concelho de Alijó, que já hoje aqui foram debatidos. E quero dizer o seguinte: do ponto de vista da nossa bancada, quero-lhe garantir que a serem eleitas, quer a efetiva, quer a suplente, estarão presentes no Congresso em Vila Real, e não irá acontecer como aconteceu no último congresso, que não esteve ninguém a representar o Município de Alijó, no Congresso Nacional da Associação de Municípios. Então quero apresentar o nome da Sra. Presidente de Junta de Sanfins do Douro, Carla Miranda, para efetiva, e o nome da Sra. Presidente de Junta do Pinhão, Sandra Moutinho, para sua suplente. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Pelo âmbito da intervenção do meu Exmo. colega Cláudio, dá-me a impressão que estamos a discutir este ponto 2. O âmbito da intervenção que ele pretende neste Congresso, acho que travava claramente o seu teor. A Coligação "Afirmar a Nossa Terra" apresenta também uma lista, sendo efetivo o Sr. Presidente de Junta de Vila Verde, Toni Afonso, e como candidata suplente a Sra. Presidente de Junta de Alijó, Aurelina Pereira. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 2 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia ou seu substituto (também este Presidente de Junta de Freguesia) para participação no XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses**, através de eleição por escrutínio secreto, sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

Lista A, da Coligação "Afirmar a Nossa Terra", composta por José Toni Carneiro Afonso como efetivo e Aurelina Maria Gomes Lopes Carvalho Pereira, suplente – 18 votos; -----

Lista B, do PS, composta por Carla Alexandra da Costa Pereira Miranda como efetiva e Sandra Maria Pinto Magalhães Pereira Moutinho, suplente – 16 votos. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a Lista A, apresentada pela coligação "Afirmar a Nossa Terra", composta por José Toni Carneiro Afonso como efetivo e Aurelina Maria G. L. Carvalho Pereira, suplente, com 18 votos, através de eleição por escrutínio secreto. -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 3 – Nomeação de um elemento para integrar a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens**. Propõe aos líderes das bancadas que apresentem os seus candidatos. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Efetivamente, não temos nenhum acordo para a apresentação de nomes. Aliás, desde a primeira eleição neste mandato, e penso eu que já vão em três eleições, e substituições, etc., não houve acordo, como vinha sendo tradição de dividirmos os mandatos. Pronto, efetivamente temos aqui mais um pedido de demissão que está endereçado ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Não sei se é assim que a lei funciona, se deve ser endereçado à Presidente da Comissão ou ao Presidente da Assembleia Municipal, Eu penso que seja na própria Comissão que se deve proceder à



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

28

demissão (foi endereçado? Ok.) Está muito bem. Cá está, como eu tinha dito, esta demissão motiva mais uma eleição, e penso eu que já seja a terceira. -----

Desta vez vou apresentar para a referida Comissão o meu nome. Já tenho experiência na mesma, já estive lá um mandato de três anos, vou apresentar também o meu currículo. Estou disponível para assumir esse lugar e quero prometer aqui perante todos vós e perante a Assembleia Municipal, a ser eleito, irei cumprir o mandato até ao fim e não me demitirei do mesmo. Os mandatos não são para as pessoas experimentarem se gostam ou não. Efetivamente, quando uma pessoa se elege, a não ser por uma força maior, que não estou a dizer que seja o caso, é que se devem demitir do mesmo. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): De facto, durante muitos anos houve um consenso no sentido de os nomes indicados por esta Assembleia para a CPCJ serem repartido pelas forças partidárias elencadas nesta câmara representativa. Esta tradição foi quebrada em 2013. Já tive oportunidade de o dizer em anteriores Assembleias. Numa altura em que embora o PSD tivesse isoladamente, enquanto força partidária, maioria nesta Assembleia, não o tinha em termos absolutos. E nessa ocasião o MAIS e o Partido Socialista, não respeitando aquilo que era o equilíbrio de forças na Assembleia, designaram "a meias", digo isto entre aspas, os representantes, deixando de fora aquela que era a força com mais representatividade na Assembleia Municipal. Uma vez que se quebrou esse equilíbrio, esse consenso, naturalmente que cada partido, força ou coligação que integra esta Assembleia é livre de propor os nomes que entende. -----

Creio que, se me permite, creio que o Deputado Cláudio foi um bocadinho longe demais relativamente às motivações que podem levar as pessoas a entrar e sair destes órgãos. Não nos cabe a nós quilatar aquilo, que são as razões pessoais, que fazem que os membros que integram determinados órgãos eleitos por esta Assembleia possam, em certas circunstâncias, sair. Cabe-nos respeitar. E parece-me também que, já houve aqui uma espécie de antecipação da vitória, porque já foi feito o compromisso de honra que vem desempenhar as funções. Todos nós vamos ao jogo democrático, apresentamos uma lista, ou melhor, um nome, que é o nome que está em causa, e o nome é o da Sónia Quintas, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carlão e Amieiro. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 3 – Nomeação de um elemento para integrar a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens**, através de votação por escrutínio secreto, sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

Lista A, da Coligação "Afirmar a Nossa Terra", composta por Sónia Cristina Cardoso Quintas Pinheiro – 18 votos; -----

Lista B, do PS, composto por Cláudio Miguel da Cruz Vilela – 15 votos; -----

Votos em branco – 1. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, a Lista A, apresentada pela coligação "Afirmar a Nossa Terra", composta por Sónia Cristina Cardoso Quintas Pinheiro, com 18 votos a favor, através de eleição por escrutínio secreto. -----

PRESIDENTE DA MESA: Interrompe os trabalhos para um breve intervalo. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



INTERVALO

PRESIDENTE DA MESA: Retoma a sessão. Introduce o **PONTO 4 - Aprovação do Plano Municipal de Ordenamento Florestal**. Por sugestão do Sr. Presidente da Câmara, convidou os técnicos responsáveis da equipa que elaborou o Plano para apresentar o seu trabalho perante a Assembleia Municipal. -----

Passa a palavra aos técnicos da Quercus, o Eng.º João Branco, coordenador do projeto, e a Eng.ª Isabel Linhares, para fazer a apresentação da parte técnica do Plano. -----

JOÃO BRANCO: Boa tarde a todos, apresento os meus cumprimentos a todos os elementos da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara, todos os Vereadores, membros do Executivo e Presidentes de Junta de Freguesia. Obrigado por darem um pouco do vosso tempo para ouvirem a apresentação do Plano que nós fizemos. -----

Este Plano Municipal foi feito por um consórcio que é constituído pela Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, e pela ANESF – Associação Nacional dos Engenheiros e Técnicos do Sector Florestal. Portanto, eu estou aqui em representação deste consórcio, só para fazer uma pequena introdução e depois a minha colega de equipa fará a apresentação do Plano em si. -----

Como toda a gente sabe, a floresta e o território têm problemas graves. Um dos problemas que afeta o território são os fogos florestais, que agora chamam de fogos rurais. Os nomes das coisas vão mudando, mas toda a gente sabe do que estamos a falar. Os municípios já têm competências no ordenamento do território, através do Plano Diretor Municipal. Têm competências na prevenção florestal, que são previstas por lei, que estão plasmadas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Há efetivamente competências do Município relativamente à prevenção – às limpezas, às faixas de gestão de combustível, etc. E também, claro que o Município tem competências na parte do combate aos incêndios florestais, quanto mais não seja porque o Sr. Presidente da Câmara é sempre o chefe da Proteção Civil do Município, e depois, é evidente que as câmaras estão articuladas com os bombeiros e com a Proteção Civil, etc. -----

Mas, porque a Associação Nacional dos Engenheiros e Técnicos do Sector Florestal e a Quercus fez o desafio a alguns municípios, e faço uns parênteses para agradecer ao Município de Alijó, na pessoa do Sr. Presidente e do Sr. Vice-Presidente por terem acreditado no nosso consórcio e nos terem adjudicado a elaboração deste Plano, que é o primeiro a ser feito a nível nacional. Mas continuando o que eu estava a dizer há bocado, não faz sentido nenhum que os municípios tenham competências na proteção florestal e depois não tenham competências nenhuma no ordenamento florestal. Portanto, isto não faz absolutamente sentido nenhum. Com a legislação em vigor, os que saberão disso sabem que, por exemplo, a escolha da espécie das licenças de arborização, o Município não tem sequer uma palavra a dizer nisso. -----

Por outro lado, foram publicados há relativamente pouco tempo os PROF – Planos Regionais de Ordenamento Florestal, que são os planos de âmbito regional. São os planos de grande escala e necessariamente, sendo de grande escala, têm pouco de pormenor, porque não é possível dar pormenor a um plano que é feito para todo Trás-os-Montes. E



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

30

existem já disposições legais que prevêem a obrigatoriedade da inclusão de várias disposições dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal nos Planos Diretores Municipais. Portanto, o trabalho que nós fizemos também, no fundo, já está a adiantar este serviço e este serviço não que esteja feito na totalidade, mas diria que 80% desse serviço estará facilitado com a existência deste Plano Municipal de Ordenamento Florestal. -----

Eu estou plenamente convencido que o ordenamento florestal tem que ser feito ao nível municipal. No fim dos anos 80, início dos anos 90, começaram a surgir os Planos Diretores Municipais. Na altura também eram uma coisa que ninguém sabia para que é que aquilo ia servir, e hoje são instrumentos fundamentais do ordenamento do território ao nível municipal. E estes Planos Municipais de Ordenamento Florestal, que Alijó foi pioneiro, serão também instrumentos fundamentais no futuro para o ordenamento da floresta. É claro que como todos os planos, como os próprios Planos Diretores Municipais, estes planos são planos dinâmicos, e que requerem que se vão ajustando ao longo do tempo, porque as coisas mudam e entretanto detetam-se falhas e problemas e coisas que deveriam estar, e para isso também estaremos aqui para fazer o acompanhamento e para promover a evolução deste Plano, e fundamentalmente a aplicação do Plano. Porque não há dúvida nenhuma que o ordenamento florestal é a peça que falha no problema dos incêndios florestais. Porque as outras peças estão todas lá, só há uma que não existe, que é o ordenamento florestal. -----

Posto isto, agradeço mais uma vez a todos e passo a palavra à minha colega de equipa que vai apresentar o Plano. -----

ISABEL LINHARES: Muito boa tarde a todos. Agradeço a vossa presença. Eu vou tentar ser o mais sucinta possível na apresentação e vou apresentar só os pontos que eu considero importantes na parte da caracterização do Concelho. Vou fazer uma caracterização antes de avançarmos para a parte do Plano, e depois na parte do plano propriamente dita onde vamos fazer a articulação do PROF com o Concelho de Alijó. Portanto, com as orientações do Plano Regional Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, vamos transpô-las para o Concelho de Alijó. -----

Portanto, a elaboração deste Plano contou com a colaboração de uma equipa técnica do Município. O Sr. Vice-Presidente, o Eng.º Vítor Ferreira, e com a coordenação da Técnica do Gabinete Técnico Florestal, a Eng.ª Ana Isabel Vieira, que deu apoio à elaboração deste Plano. Relativamente à Quercus, então temos o Eng.º Miguel Serrão, Eng.º Florestal, o Eng.º João Branco, Eng.º Florestal também, e eu, Isabel Linhares, Eng.ª Florestal. -----

Como já foi dito aqui, penso que com a elaboração deste Plano, inserido num enquadramento adequado à realidade do Município, que permitirá o adiantar na transcrição do PROF, neste caso o PROF de Trás-os-Montes, e de outros planos com relevância para o ordenamento e gestão florestal, de forma a podermos transpor para os Planos Diretores Municipais como se impõe o quadro legal em vigor. -----

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL – ANEXO I -----

PRESIDENTE DA MESA: Agradece aos Srs. Engenheiros e aos técnicos municipais pelos esforços envidados na elaboração do Plano Municipal de Ordenamento Florestal do Concelho de Alijó. Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Vice-Presidente se querem fazer alguma avaliação do Plano. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Só queria, em nome do Executivo, agradecer aos técnicos da Quercus, da Associação de Engenheiros Florestais, pelo belíssimo trabalho que fizeram na elaboração deste plano. Também aqui, e publicamente, lamentar que na consulta pública que foi efetuada não tenha havido participação quer dos baldios, quer das associações florestais que têm alguma influência dentro do nosso Município. Agora é esperar que este caminho que se tem planeado depois seja vertido, obviamente, na Revisão do PDM que haveremos de fazer. E que também sirva como instrumento, sendo ele principalmente pioneiro nessa área, nessa vertente, ser utilizado com o levantamento cartográfico que estamos a fazer neste momento da ocupação do solo, numa outra candidatura que está em execução neste momento, que é o levantamento de ocupação do solo dentro do Município de Alijó. Poder usar estes dois instrumentos para, em benefício do nosso território, aplicar e fazer utilizar corretamente este plano. Portanto, mais uma vez, agradecer a todos a vossa participação. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abre período de inscrições para o ponto quatro. Pediram a palavra os Srs. Deputados Sónia Quintas, António Fernandes, Márcio Ribeiro e Cláudio Vilela. Dá a palavra à Sra. Deputada Sónia Quintas. -----

DEPUTADA SÓNIA QUINTAS (PPD/PSD.CDS-PP): Muito obrigada. Era só para agradecer a apresentação que foi feita e dizer que não é "Cação" mas "Carlão". E a União de Freguesias de Carlão e Amieiro também tem baldios, e não estava aí exposta. -----

JOÃO BRANCO: Havia baldios que não constam do Plano, mas isso é porque esses baldios não têm o PUB – Plano de Utilização de Baldios, inscrito no ICNF. Portanto, embora os baldios existam, realmente, e ainda bem que existem, e nós conhecemos muito bem Carlão, até inclusive a festa. Mas, realmente, há baldios que não estão, não tendo o PUB feito, não têm na cartografia cadastro no ICNF e por isso não aparecem, mas é uma das falhas que nós já temos identificadas e temos que corrigir. É necessário fazer o cadastro desses baldios para o futuro. Pois, há vários que não têm. Eu sabia que existia, por exemplo Vilar de Maçada, também sei que existe, porque eu conheço pessoas de lá. Só que eles não estão cadastrados, por isso não foi possível incluí-los. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Então, boa tarde, mais uma vez. Vou agradecer aos técnicos pela explanação que fizeram aqui, e muito bem, e com certeza que se alguma falha houve, com certeza não lhe teria chegado a informação. -----

Mas eu continuo a insistir num ponto, que é: concordo plenamente com Vila Verde, com Ribalonga, com São Mamede, com todas as áreas de primeira prioridade que foram estabelecidas. Agora, estou cansado de dizer, claro que recebo a resposta do Sr. Presidente, que não teve nada a ver com isso, e por isso é que eu aproveito o facto de estarem aqui os técnicos, não se entende que a Freguesia de Vila Chã e todos no concelho sabem que há ali uma grande mancha florestal, pinheiro bravo, quem vai de Vila Chã para Carvalho, para não falar dos baldios e dessas coisas todas. Também há, se quisermos falar de árvores autóctones, como o carvalho, que é uma das zonas onde há muito carvalho também. Ainda agora, no vosso Plano, onde pesquisei, não aparece a Freguesia de Vila Chã. Dizem os senhores que este programa ou plano, que é para proteger a erosão da terra, preservar a água e também a floresta. Não vejo aqui nada sobre isto. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

32

Depois, também queria dizer, com toda a franqueza, que onde ardeu mais e precisamente em 2017, onde ardeu mais área foi precisamente na Freguesia de Vila Chã. Porque existia lá floresta. Se existia a floresta, há um potencial para continuar a floresta também. Logo, penso eu que devia haver algum cuidado, até para o oxigénio, até porque estamos no coração do concelho, mas não estou aqui a arranjar argumentos. O que eu quero é uma explicação plausível, porque é que é de segunda ou terceira prioridade?-----

Agora vamos por outra parte. Referindo-nos a Vila Verde e a Ribalonga. Muito bem, também houve lá agora um incêndio. Pois é, precisamente nas áreas onde há ação de primeira prioridade, que sabemos que os investimentos de limpeza, de abrir caminhos florestais e essas coisas todas que vão para essas áreas. Ironia do destino, desde 2017 para cá, é onde tem havido os incêndios. Alguma coisa não estará muito bem nisto. -----

Depois, também agora, queria perguntar, por aquilo que eu vi aqui, há uma grande responsabilidade da Câmara, da Proteção Civil da Câmara, sobre a floresta. Onde não semeamos, não podemos colher. Se na Freguesia de Vila Chã não se limpam caminhos, não se abrem estradas, não se faz a limpeza que é preciso, com certeza que daqui a meia dúzia de anos lá haverá os incêndios outra vez. -----

Eu sei que o Sr. Presidente pode dizer, "mas através de protocolos o Sr. Presidente também pode fazer". Os Presidentes de Junta podem fazer tudo, na ótica da Câmara. -----

Sr. Presidente queria-lhe lembrar, primeiro como é que está o ZIF (Zona de Intervenção Florestal) Alijó Norte? Foi uma grande iniciativa nos tempos áureos do Partido Socialista, em que se regularizou e o Sr. Eng.º Branco sabe o que isso é. Uma ZIF que poucos Concelhos se podem orgulhar de ter feito, portanto um caminho paulatinamente para resolver esses problemas. Nós fizemo-la, queria que o Sr. Presidente me dissesse o que é que se passa com a ZIF. -----

E depois também quero lembrar, porque ela sim, a gente está cá para essas coisas, que o Sr. Presidente também, há bem pouco tempo, renunciou ou não aceitou mais uma EIP para o Concelho de Alijó. Os técnicos também o poderão dizer, com tanta área florestal que temos, porque é que não se aceitou essa EIP. -----

Por último, uma grande infraestrutura e também aqui comprometo os técnicos a darem-me uma resposta, que tem este Concelho que é aquele aeródromo que toda a gente diz que tem o potencial enorme para levantar e pousar aviões, e pode ser aproveitado para a floresta e para os incêndios e que está completamente abandonado. Pese embora o aeródromo de Vila Real agora não estar apto para essas funções, queria também saber porque é que foi parar a Mirandela e não aqui que estamos a um quarto de hora do aeródromo? -----

Para concluir, deixar um agradecimento aos bombeiros do Concelho, que se desdobram em esforços e esforços para combater os incêndios, mas se não fizermos todos a nossa parte, com certeza que iremos ter mais incêndios. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Há um chavão repetido, *ad nauseam*, que consiste em afirmar que o Concelho de Alijó é essencialmente composto de vinha a sul e de floresta a norte. Esta verdade de *La Palisse* papagueada durante anos e anos, pelos



políticos incumbentes em cada ciclo partidário, se não for bem justificada, serve apenas como ornamento discursivo, oco e vazio de sentido. -----

O atual Executivo Permanente, presidido pelo Sr. Eng.º José Paredes e, na parte técnica, acompanhado pelo Sr. Vice-Presidente Vítor Ferreira, percebeu que era tempo de passar da palavra vã à ação consequente. Mercê do profundo conhecimento do Concelho, aquele que se adquire com a presença constante e contínua no território, o Executivo Permanente percebeu que para se abalançar a tão exigente tarefa, teria de ter uma carta de marear. Na verdade, constitui uma lição antiga de vida em Séneca de que quando se navega sem destino, nenhum vento é favorável. Pois bem, porque se trata de matéria eminentemente técnica, a Autarquia resolveu dotar-se dos elementos necessários para que a empresa chegue a bom porto. Este Plano constitui um documento com uma abordagem multidisciplinar integrada, que procura interagir com outros planos mas indo a uma malha mais fina, mais pormenorizada. Será esta tessitura, assim cerzida no conhecimento técnico, que dotará o Município dos instrumentos necessários para potenciarmos este importante recurso que é a floresta genericamente considerada. -----

A iniciativa reveste carácter inovatório a nível nacional, e esta bancada pretende realçar muito justamente o pioneirismo de Alijó num quadro amplo de 308 municípios. Somos, pois, um Concelho *primus inter pares*. Que este trabalho frutifique. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Neste ponto, já muito foi dito. Queria apenas reforçar o agradecimento aos técnicos da Quercus que vieram aqui apresentar este Plano, pelo seu envolvimento e também aos técnicos do Município que colaboraram no mesmo. Queria dizer que desde sempre foi uma prioridade do Partido Socialista a ecologia, os territórios florestais e todas as áreas envolventes da natureza. -----

Cá está, como aqui já foi dito, isto é um documento de trabalho, é um documento muito extenso. Está tudo muito explicado, apresenta algumas propostas. Mas é preciso que não fique apenas no papel. Hoje mesmo aqui, e só um aparte, foi referenciado pelo meu colega Luís Lameiras outro documento também bastante importante, que foi elaborado pela Comissão do Património, que também esperamos que venha a dar os seus frutos. Portanto, é preciso usar este documento. -----

Queria também só dizer e acrescentar que é necessário valorizar o interior e principalmente o nosso território. Só assim conseguimos fugir desta sangria demográfica que nos está a assolar. Para isso, e do ponto de vista florestal, é preciso valorizar e compartilhar o trabalho dos agricultores. Porque efetivamente um agricultor que produza floresta não consegue obter algum rendimento do seu trabalho. Eu próprio tenho alguns terrenos onde o meu pai tem investido algum dinheiro, e nunca viu um cêntimo de lá. Estes terrenos já vieram do meu avô, e o meu pai nunca retirou um cêntimo, e tem investido algum dinheiro em limpeza. Portanto, acho que é necessário investir nos agricultores, dar-lhes subsídios para eles poderem produzir madeira e não só. Produzir também oxigénio para nós podermos viver e combater as alterações climáticas. -----

Portanto, cá está, é preciso valorizar a produção florestal, porque só assim é que se consegue alguma coisa. E combater as pragas. Uma situação e uma praga que há pouco vimos, tem a ver com a acácia mimosa, por exemplo, que no nosso Concelho,



principalmente na minha freguesia, há uma quantidade enorme. Aliás, até agora, desde há alguns anos, fazem uma festa, a festa da mimosa. Foi uma forma que as povoações resolveram para integrar aquela beleza, porque de facto a flor é bonita. Mas é uma invasora muito grande. Isso é preciso combater essa invasora, e eu, sinceramente não estou a ver nada para o fazerem. É preciso fazer alguma coisa por isto. Isto foi apenas um pequeno exemplo; há muitos mais pelo Concelho, certamente que é necessário fazer. -----
Portanto, cá está, é óbvio que vamos votar favoravelmente. E quero dizer que este documento técnico bastante extenso e que enquadra todo o Concelho está concluído. Agora é preciso mãos à obra e obter rendimentos deste documento. Porque sem isso, todo o vosso trabalho teria sido em vão. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer um enquadramento da questão. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Obrigado Sr. Presidente. Queria antes de mais cumprimentar a equipa que elaborou e nos apresentou aqui de forma magnífica este documento, o Plano de Ordenamento Florestal do Concelho de Alijó. Agradecer a excelente apresentação que aqui foi feita. E lamentar que efetivamente se use este Plano como arma de arremesso política contra um Presidente da Câmara que tudo fez para colocar, como aqui foi dito, aliás foi a equipa que elaborou o Plano, Alijó na frente, pioneira em matéria de elaboração de documentos, instrumentos de gestão florestal como é este documento que hoje foi aqui apresentado. -----

Lamentar também que a equipa que não tem nada a ver com guerrilhas e questiúnculas políticas seja sujeita a intervenções como aqui se tem assistido, designadamente por parte do Sr. Presidente de Junta de Vila Chã. -----

Lamentar também que se tenha deixado passar o período de discussão pública e não tenha contribuído para a valorização, para o enriquecimento deste Plano, e venha agora aqui falar em questões recorrentes, politiquice barata, lavar a roupa suja, que não enriquece, mais uma vez, não enriquece minimamente a discussão que aqui está a ser produzida, e sinto-me até, como Presidente da Câmara, envergonhado por sujeitar esta magnífica equipa a esta situação. Portanto, peço desculpa também em nome desta Assembleia. -----

E desejar sinceramente, e recomendar e apelar a esta Assembleia que aproveite o momento para, temos aqui o Eng.º Branco e a Eng.ª Isabel, se possam ser esclarecidos relativamente a eventuais dúvidas que se coloque em matéria deste Plano. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Pergunta aos Srs. Deputados se pretendem colocar mais questões à equipa da Quercus. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): A primeira para perguntar aos técnicos se se sentiram de alguma forma maltratados pelas minhas perguntas. -----

Sr. Presidente, quero ouvir dos técnicos se a gente faltou ao respeito a alguém. -----

Ainda bem que o Sr. Presidente diz que não faltamos ao respeito a ninguém, e para isso também, o Sr. Presidente não precisa de levantar a voz para dizer aquilo que pretende. Não precisa de levantar a voz. Que diga as coisas serenamente, como já lhe disse aqui noutras vezes. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Eng.º João Branco. -----



JOÃO BRANCO: A política faz parte da vida, e a gente sabe como é que as coisas são, e nós estamos aqui para ouvir a opinião e as críticas de todos e não estamos imunes à crítica, como é evidente. Percebemos isso com toda a naturalidade. -----

Mas gostaria de fazer o esclarecimento do ponto de vista técnico. Porque o Sr. falou nas prioridades e falou em Vila Chã. Pode ter a certeza que a Freguesia de Vila Chã está lá, claro que numa apresentação feita à pressa. Nós também não somos de cá, não conhecemos o nome das freguesias todas, inclusive até nos enganamos no nome de uma. Mas Vila Chã está lá. Em relação às prioridades, também pode ter sido uma falha da nossa parte. Mas o que se passa é que todas as regiões têm uma primeira e uma segunda prioridade. E a questão é essa. Portanto, e por acaso a zona de Vila Chã a primeira prioridade é a produção florestal. Só que, claro que numa apresentação assim feita à pressa... -----

Agora também aproveito para dizer que eu compreendo estas lutas políticas, a vida é mesmo assim, mas este Plano é um Plano para todos e para todos os partidos, porque o primeiro PDM, quem o fez, se calhar já não sabemos de que partido é que eles eram. E agora todos os outros têm que viver com isso. -----

PRESIDENTE DA MESA: Agradece aos Srs. Eng.^{os} pela sua presença na Assembleia. -----
Coloca à votação o **PONTO 4 - Plano Municipal de Ordenamento Florestal**, tendo sido aprovado, por unanimidade, com 32 (trinta e dois) votos. -----

Introduz o **PONTO 5 - Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia do Pinhão na área da prestação do serviço de abastecimento público de água**. Pede ao Sr. Presidente da Câmara para tecer algumas considerações sobre este ponto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Apresenta-se aqui uma proposta para celebração de um contrato interadministrativo de delegação de competências na Junta de Freguesia do Pinhão, na área de prestação de serviços de abastecimento público de água. Como sabem, a Junta de Freguesia do Pinhão, há anos a esta parte que vem gerindo o abastecimento de água à população. Pese embora em termos legais a competência seja do Município, a Junta tem assegurado esta competência. Acontece que a ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) não está mais para tolerar esta situação e portanto vem impor que se regularize esta situação. E notificou a Câmara Municipal exatamente nestes termos. Deu-nos um prazo, inclusive, para que a situação fosse regularizada. E o prazo está a terminar, julgo até que termina hoje. Nós trabalhamos com a Junta de Freguesia, a ERSAR submeteu-nos um modelo possível de contrato. Esse contrato foi sujeito a negociação com a Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia apresentou também esse modelo à sua Assembleia. A Câmara Municipal pronunciou-se já sobre o modelo de contrato, os termos e condições do contrato, julgo que na sessão anterior. -----

E o que se propõe aqui hoje a esta Assembleia é uma celebração de um contrato interadministrativo para a prestação de serviços de gestão de água e saneamento, sendo que os resíduos sólidos urbanos, vulgarmente designados por lixo, não entram aqui. Isto porque foi lançado um concurso pela Associação de Municípios do Vale do Douro Norte e portanto está ainda em vigência. Acontece simplesmente que, como a faturação deste serviço acompanha a faturação da água e do saneamento, a Junta de Freguesia prestar-



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

36

nos-á também o serviço de cobrança dessa taxa, e procederá depois à transferência dessa mesma taxa para o Município de Alijó. Não fará sentido nenhum, como devem compreender, lançar um procedimento só para recolha de resíduos sólidos na Freguesia do Pinhão. Isto teria custos verdadeiramente insuportáveis. Faz sentido é que no Pinhão, a recolha do lixo seja integrada num concurso muito mais abrangente. Portanto, provavelmente assim continuará no futuro. -----

Em matéria de gestão do serviço de fornecimento de água à população, e de saneamento, sim, esta competência será objeto de transferência, se esta Assembleia assim o entender também, por via deste protocolo. Dizer que o contrato foi já analisado e apreciado em Assembleia de Freguesia, ontem sexta-feira, e foi deliberado favoravelmente, foi aprovado por maioria de votos. -----

O que se propõe a esta Assembleia também é que seja aqui aprovado este contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia do Pinhão para a prestação deste serviço. Sendo certo que a entidade gestora do sistema, quer do fornecimento de água, quer do saneamento, será sempre o Município, perante a lei, será sempre o Município. E quem responderá em matéria de análise, de planeamento, alteração dos tarifários, será sempre o Município que reportará à ERSAR. A Junta de Freguesia assumirá esta competência, se for essa a vontade desta Assembleia, por delegação. -----

PRESIDENTE DA MESA: Eu sugeria que a Presidente da Junta do Pinhão, se entender, desse um esclarecimento em contraparte deste contrato de delegação de competências, antes de abrir a discussão pública. -----

DEPUTADA SANDRA MOUTINHO (PS): Muito boa tarde a todos. O Sr. Presidente da Câmara já anunciou quase tudo. Só de referir que não foi aprovado por unanimidade; os representantes do PSD e da CDU votaram contra. Eram a favor que se entregasse tudo à Câmara. Mas nós não concordámos com isso, uma vez que no início deste mandato eu gastei 50.000 euros nas bombas de água. As águas já são nossas há mais de 50 anos e portanto entregar isso agora, assim de mão beijada, não seria muito bom para os pinhoenses. Portanto, o contrato é de um ano. Nós somos obrigados a aceitar. No final de um ano, iremos ver se funciona, se não funciona. Portanto, para já foi aprovado. Espero que aqui os membros da Assembleia também o aprovem. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abre as inscrições para intervenção sobre o Ponto Cinco, tendo pedido a palavra os Srs. Deputados Cláudio Vilela e Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Só para dizer que vamos votar favoravelmente este documento, atendendo a que já foi submetido na última sexta-feira na Assembleia de Freguesia do Pinhão. Foi aprovado por maioria. E claro, nós, bancada do Partido Socialista, como sempre faremos, vamos respeitar a opinião da Assembleia de Freguesia do Pinhão. Neste caso, como já disse, volto a referir, estamos de acordo, votamos favoravelmente. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Percebe-se, da análise documental e dos esclarecimentos aqui prestados pelo Sr. Presidente da Câmara e pela Sra. Presidente de Junta do Pinhão, que o documento que nos é apresentado foi objeto de consenso entre a Câmara e a Junta de Freguesia e resulta da colaboração entre as duas Entidades. As prestações e as contraprestações decorrentes deste contrato interadministrativo afiguram-se equilibradas. De resto, a própria Assembleia de Freguesia do Pinhão manifestou, por

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

37

maioria, concordância com os respetivos termos. Com a celebração deste contrato, garante-se a continuação das boas relações interinstitucionais entre as duas autarquias, Freguesia e Município. E é dado cumprimento às exigências legais que não permitiam a continuação do modelo até agora vigente. Por isso, merecerá a nossa aprovação. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 5 – Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia do Pinhão na área da prestação do serviço de abastecimento público de água**, tendo sido aprovado, por unanimidade, com 32 (trinta e dois) votos. -----

Introduz o **PONTO 6: Relatório de análise económico-financeira e execução orçamental, reportada a 30/06/2019, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09, remetido pelo auditor externo.** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: É um relatório obrigatório e é obrigatório que ele seja submetido à apreciação na Assembleia Municipal. Um relatório reportado a finais de junho último, referente ao primeiro semestre. Os indicadores são relativamente explícitos. Estou disponível para eventuais esclarecimentos que considerem úteis. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abre as inscrições. Inscreveram-se os Srs. Deputados Cláudio Vilela, António Fernandes, Márcio Ribeiro e António Rocha. -----

Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Uma intervenção muito breve, só para dar nota que vemos com preocupação o aumento das despesas com pessoal, já registadas no primeiro semestre, na ordem dos 200.000 euros. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Muito bem, o Sr. Deputado Cláudio Vilela disse aqui uma coisa, mas não disse tudo! Que isto é muito mais complexo, não é? A questão é a seguinte: foi aqui falado da dívida. E não saímos da dívida. Queria começar por dizer que havemos de acabar o mandato, já assim foi no outro, os Srs. falam da dívida e nós falamos da riqueza que criámos e deixámos em infraestrutura para o Concelho. Nisso estamos entendidos. Mas se ainda tivessem alguma razão em relação à dívida, tudo bem. Mas é que não têm. -----

Como o Sr. Deputado Cláudio disse, só neste primeiro semestre, 200.000 euros. Mas ele não contabilizou o que já pagámos no último semestre do ano passado. E com certeza que não contabilizou o quanto vamos pagar no futuro. Quando digo no futuro, é daqui para a frente. O que quer dizer que essa questão dos empregos vai ter custos repercutidos no orçamento da Câmara todos os anos. -----

Os Srs. até dizem "ah mas nós pagámos a sete dias e agora pagamos a onze!" Pudera, porque é que não hão-de pagar? Se os Srs. fazem, na nossa opinião, tão pouco, tão pouco, tão poucas obras, claro que as podem pagar! Como já aqui foi dito, não há perspetiva de futuro, um planeamento para o futuro, para que se realmente se desenvolva o Concelho e se crie riqueza e progresso para reter aquelas pessoas. -----

Portanto, a política desta Câmara é criar empregos, eu até diria clientela, mas pronto. Criar empregos, Sr. Presidente, eu compreendo que o Sr. queira criar empregos para criar mais pessoas dependentes desta Câmara. E também o queria fazer com os presidentes de Junta.

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

38

Isso é que era bom! Ter também os Presidentes de Junta dependentes da Câmara! Mas não são, são eleitos pelo povo e é o povo que lhes dá a legitimidade de chegar aqui e fazer as perguntas ao Sr. Presidente e além disso temos o direito de ter a resposta sem levantar a voz e sem se enervar, que eu não gosto de o ver enervado. -----

Depois, também queria dizer para abater à dívida não há... Eu até pensei que a dívida estava paga! De tanto ter sido propagada, pensei que já estava paga, mas não. Acabo por ver que não pagaram a dívida, e o Município que continua na mesma, mas para festas, para empregos, para aquilo que os Srs. querem há dinheiro, chega e sobra, e não há problema nenhum. Para o que concerne no progresso do Concelho, já há muitas reticências. Portanto, Sr. Presidente, veja se emenda à mão, ainda está a tempo, estamos a meio do mandato. Claro que já vai o mandato a meio e a dívida continua na mesma, mas emende a mão e veja... Estou-lhe a falar não é para o criticar, estou-lhe a dar um conselho, abarque projetos que desenvolvam o concelho, que não seja política caseira e de conveniência. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Eu não sei se algum dos Srs. Deputados que me antecedeu no uso da palavra é ao alguma vez foi assalariado. Se o é, ou se foi, eu gostava de lhe perguntar como é que as respetivas entidades patronais lhe pagavam. Portanto, se há trabalhadores, se a massa de trabalhadores aumenta, é natural que a massa salarial também aumente. A menos que os Srs. Deputados entendam que se deve pagar com criptomonedas ou com moedas virtuais, é natural que ao aumento de trabalhadores, corresponda o aumento da massa salarial. -----

Eu pergunto se às vezes não há aqui uma espécie de visão bipolar das coisas. Há quem defenda que de facto o Município precisava e até continua a precisar de mais recursos humanos, nomeadamente do ponto de vista técnico, de exterior. Ora, se se defende isso, eu continuo a perguntar: a esse aumento de trabalhadores não há-de corresponder um aumento da massa salarial? Toda a gente conhece, porque ela foi popularizada pelo anterior Presidente da República, a chamada Lei de Gresham ou a lei da boa e da má moeda. Eu dou aqui dois exemplos daquilo que pode ser considerado a boa e a má moeda. Um deles é, de facto, contratar meios humanos para suprir necessidades e deficiências dos serviços, outro deles é por exemplo, pagar juros relativamente a obras que não tiveram procedimentos ou tiveram procedimentos irregulares. Caso, por exemplo, de juros que ultrapassam este aumento aqui anunciado de 200.000 euros. Temos, por exemplo, uma obra, só uma, em que o valor dos juros e do respetivo capital é superior a estes 200.000 euros que aqui se fala. Há aqui uma obra que está anunciada até na exposição do Sr. Presidente da Câmara, cujo valor, que o Município há-de pagar brevemente, importa em 250.000 euros, grosso modo. -----

Portanto, entre estes dois exemplos, faço o desafio: o que é que é a boa e a má moeda neste tipo de investimentos? -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Rocha. -----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (BE): O relatório é um relatório normal. O que se implica aqui, é de facto os custos com o pessoal, sem dúvida alguma, aumentaram. Quem fala tem toda a razão. E se fosse, se calhar em julho, era mais. Os documentos são fornecidos pela



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

39

Câmara, ao contrário do que o Deputado Márcio Ribeiro, penso que é assim que está correto, porque a apreciação não tem a ver, ninguém está contra pagar ao pessoal! Está contra o aumento de ativos. -----

Portanto, o que aqui reflete de facto, de grosso modo, uma vez que isto tem a ver com os elementos contabilísticos do Município, só os custos com pessoal, o resto não importa.-----

PRESIDENTE DA MESA: Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se tem algum comentário a fazer face às questões levantadas. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: É claro que, face a todo este populismo, a este sacudir do capote, tenho que responder. -----

Sr. Presidente da Junta de Vila Chã, quero-lhe dizer o seguinte: a dívida, estamos a pagá-la, como sabe. A dívida certa! Porque a incerta, já vamos falar também dela. A certa está entregue aos bancos, como sabe, disse aqui há pouco, temos vindo a amortizá-la ao ritmo anual médio de um milhão, penso que ligeiramente superior a um milhão de euros por ano. Como vê, está nos 11.447.899,78 euros, isto reportado a junho passado. Se comparar com o período homólogo, 2018, baixou cerca de 1.100.000 euros. Portanto, isto é o ritmo de abatimento à nossa dívida certa, que está nos bancos. Nós colocámos nos bancos e regularizámos, como sabe. -----

A incerta é aquela que está em contencioso e que vai sendo decidida progressivamente. E que já aqui falámos hoje de alguns exemplos. E esta são uns milhões largos ainda, Sr. Presidente! -----

Aliás, se leu este relatório, viu que o nosso endividamento tem vindo a baixar, ao ritmo que já lhe falei, mas o passivo tem vindo a subir. E eu já lhe expliquei porquê. São aqueles doze milhões e meio que estão aqui. Já está acima dos catorze milhões. -----

Estamos a pagar a dívida. Até pagámos alguma sua, Sr. Presidente! Já lhe disse isto aqui numa sessão anterior! O Sr. que se vangloriava que não tinha dívidas na sua Junta de Freguesia, afinal tinha! Ou quer que lho diga aqui claramente? O Sr. sabe que tinha! Tenho que lhe dizer, e tenho que lhe dizer de forma incisiva para o Sr. perceber. -----

Relativamente ao aumento das despesas, isto já não é só para si, é para quem tocou no aumento das despesas com pessoal, quero dizer o seguinte: para quem falava no aumento possível de um milhão de euros por ano em termos comparativos, estamos em 200.000 euros a meio do ano. E vou-lhe dizer como é que se chegou a 200.000 euros. -----

O Sr. com certeza esquece-se das devoluções, dos cortes de vencimento que entretanto foram decididas a nível governamental, que não tem propriamente a ver com o Município. Mas pesa aqui, tem a ver com o aumento deliberado pelo Governo, o aumento dos vencimentos que está aqui. Tem a ver com o aumento exponencial, não sei se reparou, de cerca de 80% das despesas com a ADSE. Que é um problema grave nas autarquias, como sabe, é um problema que ainda se vai agudizar mais, e vai com certeza constituir um problema muito sério. Portanto, nestes 200.000 euros está tudo. Olhe, está cá, por exemplo, o aumento mensal de cerca de cem euros de vencimento de cada elemento da EIP e que não teve a nossa participação. Ninguém nos perguntou se podíamos aumentar. Impingiram-nos a EIP e agora aumentam-lhe o vencimento em cem euros mensais! E nós temos que pagar. Está a perceber, Sr. Presidente? Está aqui tudo isto nos 200.000 euros. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

40

PRESIDENTE DA MESA: Dá por terminado o **PONTO 6: Relatório de análise económico-financeira e execução orçamental, reportada a 30/06/2019, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09, remetido pelo auditor externo, tendo sido deliberado pela Assembleia Municipal apreciar e tomar conhecimento do relatório.** -----
Introduz o **PONTO 7: Pedido de reprogramação do Plano Plurianual de Investimentos 2019 – Plano de Acessibilidades e Mobilidade Urbana Sustentável – Ciclovia do Campo Meão, em cumprimento do disposto no artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, e nos artigos 6.º, n.º1, alínea c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.** -----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Este ponto consubstancia um pedido de reprogramação do Plano Plurianual de Investimentos vigente. Tem a ver com alterações que se processaram numa candidatura que tínhamos a fundos comunitários, relacionada com as acessibilidades. Já ouviram aqui falar em sessões anteriores de uma candidatura para a construção de uma ecovia. O projeto desta ecovia foi a concurso uma primeira vez e ficou deserto. Isto quer dizer que a execução que esperávamos ter em 2019 não vai corresponder, não vai acontecer. Pelo menos não naquela dimensão. Acontece que temos em PPI demasiado cabimento para 2019, que não vamos usar, e temos falta de cabimento previsto em 2020, que será onde usaremos a maior parte desse investimento. Portanto, este pedido de reprogramação tem exatamente a ver com isso. Ajustar, digamos assim, a reprogramação ao investimento previsto. -----

PRESIDENTE DA MESA: Pede aos Srs. Deputados que pretendem intervir neste ponto para se manifestarem. Inscreveram-se os Srs. Deputados Cláudio Vilela, Márcio Ribeiro e António Fernandes. Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Uma breve nota para dizer o seguinte: esta ecovia é um projeto que envolve três das maiores freguesias do Concelho de Alijó – Alijó, Favaios e Sanfins do Douro. É um projeto, como também sabemos que envolve uma grande participação de fundos comunitários, cerca de meio milhão de euros. Que, já por duas vezes, houve uma tentativa de colocar a obra em concurso. Foi colocada, mas os concursos têm ficado desertos, ou neste último o empreiteiro que apareceu deu um valor muito acima do valor proposto pelo Município. -----

Cá está, um exemplo daquilo que nós temos vindo a dizer. Muitas destas obras têm sido colocadas a concurso abaixo do valor de mercado, e é lógico que os empreiteiros não concorrem porque não estão para ter prejuízo. Não estão para ter prejuízo, e os concursos ficam desertos. Portanto, isto tem trazido a esta obra atrasos consideráveis e constantes. O que motiva também atrasos na reprogramação da obra, o que leva a que hoje seja necessário fazer aqui uma alteração à mesma. -----

Perante isto, tenho uma pergunta muito direta para o Sr. Presidente de Câmara: compromete-se perante esta Assembleia Municipal que estes fundos comunitários que envolvem a construção desta obra não irão ser perdidos? -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Bastaria fazer uma leitura integrada de toda a documentação desta Assembleia para fazer cair por terra a narrativa, que é só



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

41

apenas numa Freguesia do Concelho é que há concursos ou procedimentos que ficam desertos. Só aqui neste, abrange mais três freguesias. Portanto, lá se vai a narrativa. É preciso ler os documentos com cuidado e não cair até apenas no afã de criticar por criticar. -

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Muito bem, o Sr. Deputado Márcio está muito inspirado. Mas eu também estava, se recebesse da Câmara para estudar os assuntos, também os estudaria em profundidade. Não sou pago para isso! Mas embora o deva fazer, reconheço aqui. Mas queria lembrar o Sr. Deputado Márcio que não são três Freguesias, afinal até são quatro. Porque na ótica do Presidente de Junta de Vila Chã é incompreensível que sendo a barragem de Vila Chã o centro nevrálgico do Concelho, onde há a água do Concelho, logo por essa via um local apazível. Se é apazível, porque é que esta ciclovía não engloba também a barragem de Vila Chã e assim continuaria Vila Chã sem ter o concurso. -----

Como disse o Sr. Presidente, espere, vai ter que esperar, mas as pessoas de Vila Chã não têm culpa que ele não goste do Presidente de Vila Chã. Sr. Presidente, vou-lhe dar aqui um recado e o Sr. vai responder com certeza sem levantar a voz e sem se enervar. Deixe o Sr. Presidente de Vila Chã em paz. Deixe trabalhar o Sr. Presidente de Vila Chã. Deixe, não ande permanentemente, e se me perguntar eu digo-lhe onde é que o Sr. tentou denegrir o nome do Presidente de Junta de Vila Chã. Deixe-o trabalhar em paz, Sr. Presidente! -----

PRESIDENTE DA MESA: Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se quer fazer alguns esclarecimentos relativamente às questões postas pelos Srs. Deputados. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Só para esclarecer aqui alguns valores relativamente a este projeto. Não tem o apoio de cerca de 500.000 euros de fundos comunitários. Esse é o valor total. É cerca de 500.000 euros o preço base, aproximadamente. E foi esse o valor que foi a concurso. Eu gostaria de responder com esta pergunta, Sr. Deputado Cláudio. O que é que o leva a pensar que as obras estão a ser colocadas ou são lançadas a concurso pelo Município a preços abaixo de mercado? O que é que o leva a pensar isso? Porque é que o Sr. não pensa que se calhar é o mercado que está inundado de obras? Porque é que não pensa que se calhar é a falta de mão-de-obra, que os empreiteiros não conseguem mão-de-obra? Não conseguem cumprir prazos! Não há materiais! Porque é que não pensa nisso? Porque é que pensa que é o Município que regateia os preços? Não percebo! -----

Os preços, Sr. Deputado, já disse mais que uma vez na Assembleia, são estimados por um projetista, por engenheiros, por um técnico que está no mercado. Portanto, não percebo, que até agora tem corrido muito bem, e agora começou a não correr. Mas não corre bem só para o Município de Alijó. O problema é transversal a todos os municípios. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 7 - Pedido de reprogramação do Plano Plurianual de Investimentos 2019 – Plano de Acessibilidades e Mobilidade Urbana Sustentável – Ciclovía do Campo Meão, em cumprimento do disposto no artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, e nos artigos 6.º, n.º1, alínea c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, tendo sido aprovado, por unanimidade, com 32 (trinta e dois) votos. -----**



Introduzo o **PONTO 8 – 27.ª modificação aos Documentos Previsionais 2019 – Revisão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12/09.** ---
Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Neste ponto propõe-se uma modificação aos Documentos Previsionais para 2019 por revisão. Isto significa que estamos a solicitar à Assembleia autorização para reprogramar projetos existentes ou para introduzir projetos novos. -----
Eu, vou muito rapidamente referir-me aos projetos que aqui estão a ser propostos. Um deles tem a ver com obras que pretendemos fazer no antigo posto de turismo de Alijó, para onde queremos transferir o Gabinete de Educação. Portanto, não estava previsto em PPI, e temos que criar esse projeto. Há também uma candidatura no âmbito da Proteção Civil, que é um projeto novo, que é financiado a 100%. Há um reforço num projeto que já vinha no PPI, que é para a requalificação da rua, no Amieiro, até à antiga escola do Amieiro. É um projeto novo também para a reconstrução do muro que ruiu junto à sede da Junta de Freguesia do Pinhão, fruto das intempéries do Inverno. Não estava previsto, é um projeto novo. Há um projeto que também está a ser proposto para a construção de uma elevatória em Ribalonga para suprimir duas fossas que colapsaram, que serve uma parte da aldeia. Há um projeto novo também para a substituição do teto interior do Auditório, que já aqui se falou hoje. Um projeto para a fibragem do tanque exterior das piscinas, que vai precisar de uma reparação. Surgiu recentemente a possibilidade de fazer uma candidatura para alguns miradouros no âmbito do património natural, e portanto solicitamos também autorização para incluir esse projeto no PPI. Há um outro também que tem a ver com a impermeabilização de uma elevatória que temos no Pinhão junto à ponte para Sabrosa, uma pequena elevatória que é do Município de Alijó e que não foi devidamente impermeabilizada, ou pelo menos deve ter cedido, porque as bombas estão permanentemente inundadas pelo lençol freático e estão permanentemente a deixar de funcionar. Temos que, também, impermeabilizar o tanque para que tudo funcione normalmente. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abre o período de intervenções, tendo-se inscrito os Srs. Deputados Cláudio Vilela e António Rocha. -----

Passa a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Nesta 27.ª modificação aos Documentos Previsionais de 2019, o Sr. Presidente já referiu ali alguns e eu vou voltar um pouco atrás e falar sobre uma resposta que o Sr. Presidente me deu hoje no período de antes da ordem do dia ou no Ponto Um, que foi acerca da cobertura das Piscinas Municipais. -----

O Sr. Presidente disse que neste documento viria uma proposta para essa construção, dessa obra das Piscinas Municipais, na impermeabilização do teto, penso eu que foi isso que referiu. A verdade é que eu vi o documento, também tem letras muito pequeninas, de difícil leitura, mas a única coisa que eu vi nas Piscinas Municipais foi a impermeabilização do tanque, como referiu. E a minha pergunta era esta: efetivamente, Sr. Presidente, onde está essa programação da obra? Ou se não está, pronto, tinha-o dito e se calhar não está aqui no documento. -----

Posto isto, e atendendo que é o último ponto, queria aproveitar para desejar a todos uma muito boa tarde e desejar que as eleições do próximo domingo corram com normalidade, naturalidade, e com democracia acima de tudo. Muito obrigado. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Rocha. -----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (BE): Então essas alterações aos Documentos Previsionais não são mais que transferências de rúbricas. Gostava também de ver aqui, uma vez que está sempre dentro do orçamento que foi já aprovado, os montantes dentro do orçamento, também gostava de ver aqui o que nós já tanto falámos, falou o Luís Lameiras, e falei eu, do saneamento do Areal, Sr. Presidente. Tanto é que também é urgente, como sabe, são situações urgentes, são mais urgentes, não digo que os outros não sejam urgentes, mas de certeza absoluta que o saneamento é muito urgente. Pronto, isto é um tópico. -----

Aproveito também para dizer que não me respondeu, há pouco, sobre a execução orçamental de 296.000 euros sobre despesas sobre as transferências correntes. Não me respondeu. Gestão orçamental, estão lá 296.000 euros orçamentados, tem na transferência de capital de 45.000 euros. Falta fazer a execução, mas já estamos em Setembro, Sr. Presidente! -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Sr. Deputado, se me permite, está aqui o nosso diretor financeiro e se calhar pedia-lhe que nos ajudasse. Como compreende, também não tenho tudo de memória, e não sou propriamente da área. Suponho que tenha a ver com as transferências que fizemos já este ano para as instituições. Penso que umas são em capital e outras são em correntes, que varia consoante o período em que é feito. Terá com certeza a ver com isso. -----

Perceba que eu não tenho a execução orçamental propriamente na cabeça, mas se houver alguma dúvida, algum esclarecimento mais técnico, está aqui o nosso diretor financeiro, com certeza que não se importa. -----

Relativamente à obra das piscinas e à impermeabilização do teto, também mais uma vez repito o que disse ao Sr. Deputado Rocha, quero dizer é que ela vai ser feita. Se não está aqui, provavelmente até estará, já não consigo ler esta letra, acredite. Tenho aqui anotado, mas poderei estar enganado. É porque estava com certeza já em PPI. Por exemplo, também nos referimos ao investimento num outro projeto importante, que tem a ver com a requalificação do Bairro da Arcã, que é um projeto que vamos candidatar de novo. Está pronto. Aliás, foi já candidatado na passada semana. Tem a ver com a aplicação de um reforço de verbas em matéria de regeneração urbana. Mas também está aqui. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Sr. Presidente. Relativamente à questão da execução orçamental, eu próprio lhe farei chegar. Eu encarrego-me de pedir e fazer-lhe chegar esse esclarecimento. -----

Coloca à votação o **PONTO 8 –27.ª modificação aos Documentos Previsionais 2019 – Revisão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12/09**, tendo sido aprovado, por maioria, com 26 (vinte e seis) votos a favor e 6 (seis) abstenções; sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (18). -----

Bancada do PS (7): Carla Alexandra da Costa Pereira Miranda, Evaristo José Luxo Hipólito, Maria Alice Alves Brites, Joaquim Augusto dos Santos Veloso, Luís Horácio Macedo dos



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

44

Santos, Marlene de Jesus Martins Teixeira Henrique e Sandra Maria Pinto Magalhães Pereira Moutinho. -----

Bancada do BE (1): António Luís Pereira. -----

Abstenção: -----

Bancada do PS (5): Alípio de Almeida Alves, António Joaquim Fernandes, Cláudio Miguel da Cruz Vilela, Luís Manuel da Silva Lameiras e Pedro Miguel Guedes Madureira Espírito Santo. -----

Bancada do BE (1): António Augusto Pinto Rocha. -----

PRESIDENTE DA MESA: Por unanimidade dos membros presentes, e nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, as deliberações foram aprovadas em minuta. -----

Antes de terminar a sessão, pergunto se há inscritos para o período de intervenção do público? Não havendo intervenções, dou por encerrada a sessão de hoje, com votos de calma e sossego para o próximo domingo. E sobretudo que a abstenção não nos surpreenda ou nos surpreenda por boas razões. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. -----

APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Assembleia Municipal deliberou, em sessão do dia 26/11/2019, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pela Mesa. -----

A MESA



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

JULHO DE 2019



EQUIPA TÉCNICA

CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ	
Direção do projeto	
Eng.º Vítor Emanuel Cardoso dos Santos Farsão	Vice-Presidente da Câmara Municipal de Alijó
Coordenação	
Eng.º Ana Isabel Pinto Vieira	Eng.º Florestal (Gabinete Técnico Florestal, CM de Alijó)
Equipa técnica	
Eng.º Ana Isabel Pinto Vieira	Eng.º Florestal (Gabinete Técnico Florestal, CM de Alijó)

Associação Nacional de Engenheiros e Técnicos do Setor Florestal /QUERCUS	
Direção do projeto	
Miguel Sardo	Eng.º Florestal (ANLISF)
Coordenação	
José Branco	Eng.º Florestal (QUERCUS)
Equipa técnica	
Isabel Unhães	Eng.º Florestal (trabalhadora independente)

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural



Projeto de Lei n.º 1/2019
de 15 de Maio de 2019

46

1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Pretende-se com a elaboração do PMOF definir um enquadramento adequado à realidade do município, que permitirá orientar na transposição dos **Programas Regionais de Ordenamento Florestal de Trás os Montes e Alto Douro (PROF de TMAD)** e de outros **Planos com relevância para o ordenamento e gestão florestal**, para os **Planos Diretores Municipais (PDM)**, que se impõe pelo Quadro legal em vigor.

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



PARTE I - ENQUADRAMENTO
Gerais (Art.º 1.º)

A organização do PMOF reflete o estabelecimento dos objetivos gerais do PROF de TMAD, que são:

- (1) avaliar as potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos seus usos dominantes;
- (2) definir o elenco de espécies a privilegiar nas ações de expansão e reconversão do património florestal;
- (3) identificar os modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados; e,
- (4) definir áreas críticas do ponto de vista da sensibilidade à erosão e da importância ecológica, social e cultural

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



47

ORGANIZAÇÃO DO PMOF DE ALIJÓ

CARACTERIZAÇÃO

Parte I - enquadramento do Plano em termos legais e relativamente a outros instrumentos de planeamento e gestão do território.

Parte II - caracterização socio-económica do concelho.

Parte III - caracterização biofísica e dos valores naturais em presença.

Parte IV - caracterização e avaliação dos recursos florestais.

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



Parte I - ENQUADRAMENTO
GEOGRÁFICO

PLANEAMENTO

Parte V - apresentação das Funções de Gestão dos espaços florestais do concelho tal como definidas no PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Parte VI - apresentação das espécies e modelos de silvicultura mais adequados

Parte VII - definição de Medidas de Promoção do uso múltiplo da Floresta, de Recuperação e valorização dos espaços florestais, de Proteção de bacias hidrográficas e de Valorização do Turismo em espaço florestal/rural.

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

48

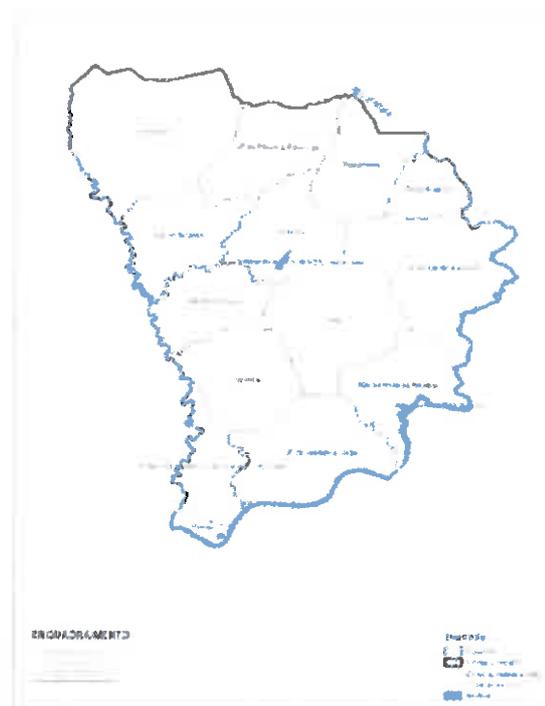


Plano Municipal de Ordenamento Florestal de Alijó

2. ENQUADRAMENTO LEGAL, INSTITUCIONAL E TERRITORIAL

O concelho de Alijó localiza-se distrito de Vila Real, sendo delimitado geograficamente pelos Rios Douro, Tua, Tinhela e Pinhão. É limitado a norte pelos municípios de Vila Pouca de Aguiar e Murça, a sul por São João da Pesqueira, a Leste por Carrazeda de Ansiães, e a Oeste por Sabrosa.

Com uma área total de 297,60 km², o concelho subdivide-se administrativamente em catorze freguesias.



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



Plano Municipal de Ordenamento Florestal de Alijó

3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL E ARTICULAÇÃO NA ÁREA DO PMOF ALIJÓ

3.1. Articulação com outros IGT's

PROF DE TRÁS OS MONTES E ALTO DOURO - O PROF de TMAD foi aprovado pela Portaria n.º 57/2019 - Diário da República n.º 29/2019, Série I de 2019-02-11, que define para os espaços florestais o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal;

PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) DE ALIJÓ - Aprovado pelo Aviso n.º 6460/2014, de 27 de maio;

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PMDFCI) DE ALIJÓ - aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Municipal de Alijó, na sua sessão ordinária de 22 de novembro de 2018, com vigência de 2018 a 2027;

PLANO DISTRITAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL (PDEPC) DE VILA REAL

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE ALIJÓ (PMEPCA)

PLANOS MUNICIPAIS DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL (PMEPC) DOS MUNICÍPIOS ADJACENTES

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

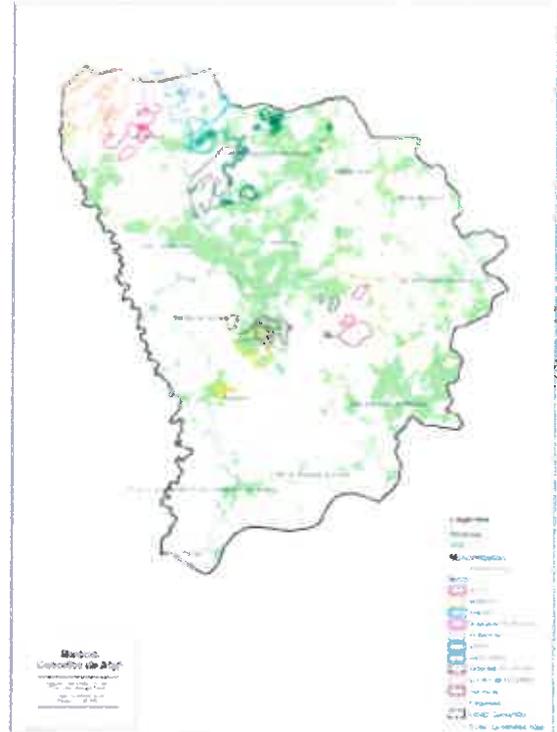


Plano Municipal de Ordenamento Florestal de Alijó

PLANOS DE UTILIZAÇÃO DOS BALDIOS (PUB'S) - aprovados pelo ICNF.

Os Baldios do concelho compreendem uma área total de 2.826 hectares e situam-se, principalmente no centro e no nordeste do concelho

Baldio	Área (ha)
Alijó	320
Faúncias	195
Freixo	344
Jorgais da Perafita	296
Perafita	295
Pópulo	81
Ribalonga	389
Sanfins do Douro	128
Souto de Escarvão	534
Vila Verde	244
Total	2.826



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

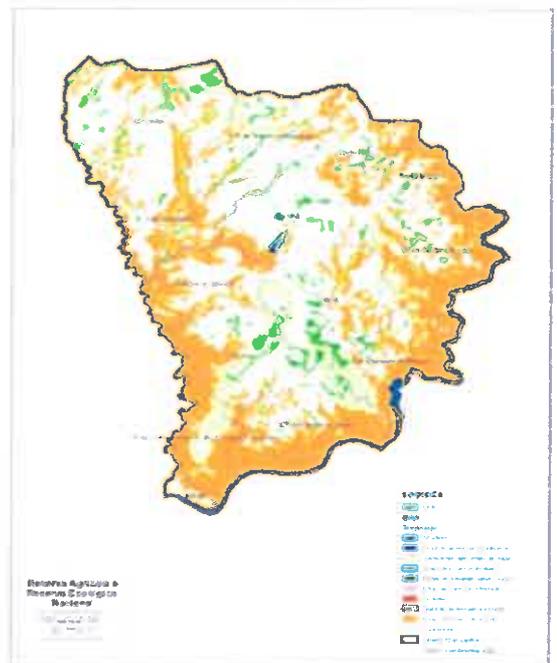


Plano Municipal de Ordenamento Florestal de Alijó

3.2. Condicionantes legais específicas

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN) E RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN)

Tipologias de condicionantes que tiveram grande importância na elaboração deste PMOF, uma vez que os seus objetivos obrigam a uma servidão mais severa na ocupação do território.



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Declumbrante Património Natural

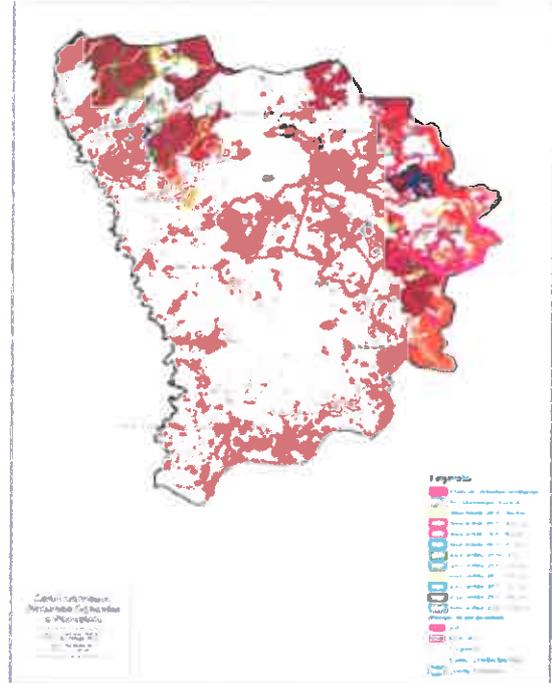
50



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

RECURSOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS

- i) Regime Florestal (Perímetro Florestal das Serras de São Domingos e Escarvão);
- ii) Árvores de Interesse Público;
- iii) Espécies Arbóreas Protegidas (sobreiro, azinheira e oliveira);
- iv) Áreas Florestais Percorridas por Incêndios;
- v) Áreas de Perigosidade de Incêndio Alta e Muito Alta;



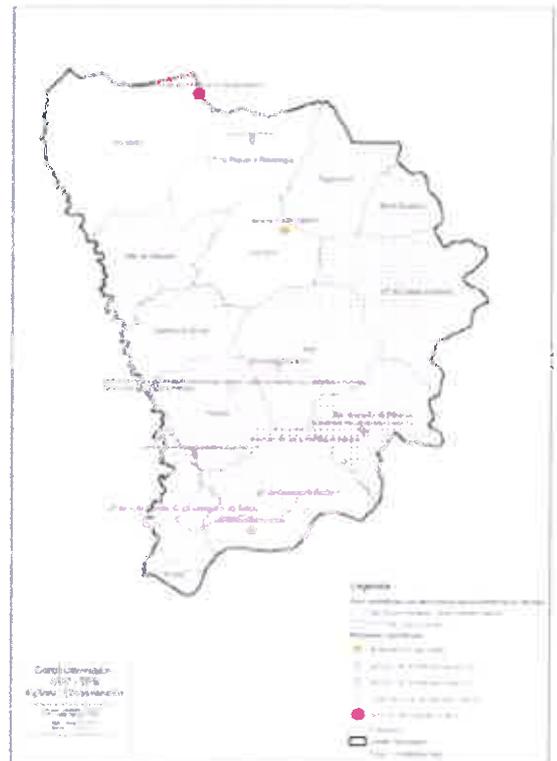
PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

PATRIMÓNIO

- i) Parte do concelho de Alijó está incluído na Paisagem Protegida do Alto Douro Vinhateiro (ADV), classificada pela UNESCO como monumento nacional;
- ii) Património Edificado Classificado;
- iii) Edifícios e Construções de Interesse Público;



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

51

4. HORIZONTE TEMPORAL DE PLANEAMENTO

O horizonte temporal deste Plano coincide com o horizonte temporal do PROF de TMAD.

O PROF de TMAD está alinhado com a visão definida pela Estratégia Nacional para as florestas, adotando como referências os anos de 2030 e 2050 para as suas metas e objetivos.

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



PARTE II – CARACTERIZAÇÃO
SOCIOECONÓMICA

1. CARATERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA

1.1. Dinâmica demográfica – principais conclusões

NO QUE RESPEITA A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 2001 E 2011, CONSTATA-SE UMA REDUÇÃO DE POPULAÇÃO NO CONCELHO, DE CERCA DE 17%. TODAS AS FREGUESIAS REGISTRARAM REDUÇÕES DE POPULAÇÃO.

A DENSIDADE DA POPULAÇÃO CONCELHIA EM 2011 ERA DE APENAS 40,1 HABITANTES POR KM², ABAIXO DO VALOR DA RESPECTIVA NUTS III DO DOURO (50HAB/KM²). E A VARIAÇÃO DE 2001 PARA 2011 DÁ NEGATIVA PARA TODAS AS FREGUESIAS DO CONCELHO.

O ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DO CONCELHO (249,3) CONFIRMA O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO. POR CADA 100 JOVENS EXISTEM 249 IDOSOS.

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural



52

1.2. Dinâmica económica – principais conclusões

NO QUE CONCERNE À **TAXA DE ACTIVIDADE** (percentagem da população activa no total da população), VERIFICA-SE QUE ENTRE 2001 E 2011 ESTE INDICADOR SOFREU UM DECRÉSCIMO, PASSANDO DE 44,0% PARA 42,7%, VALOR INFERIOR AO VALOR NUTS III DO DOURO EM 2011 (48%).

NO QUE SE REFERE AO **SECTOR DE ACTIVIDADE**, VERIFICA-SE QUE EM 2001 E 2011 A MAIORIA DA POPULAÇÃO EMPREGADA EXERCIA A SUA ACTIVIDADE NO SECTOR TERCIÁRIO (45% E 54%, RESPECTIVAMENTE).

RELATIVAMENTE À **TAXA DE DESEMPREGO**, VERIFICOU-SE UM ACRÉSCIMO SIGNIFICATIVO NO CONCELHO DE ALIJÓ NO PERÍODO 2001-2011, PASSANDO DE 8,5% PARA 12,5%.

NO QUE SE REFERE À **DINÂMICA EMPRESARIAL**, NO PERÍODO 2010-2016, REGISTOU-SE UM AUMENTO DO NÚMERO DE EMPRESAS SEDEADAS NO CONCELHO (DE 1.033 PARA 2.382). CERCA DE 68% DAS EMPRESAS EXISTENTES EM 2016 SÃO DO SECTOR DO AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA, FLORESTA E PESCA (1.610).

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



PART II - CARACTERIZAÇÃO
SOCIOPOLÍTICA

2. REGIME DE PROPRIEDADE. ESTRUTURA FUNDIÁRIA E CADASTRO

A informação cadastral do concelho é um factor fundamental para a boa gestão dos espaços florestais.

VERIFICA-SE QUE A **CLASSE DE DIMENSÃO DA PROPRIEDADE** MAIS REPRESENTATIVA NO CONCELHO DE ALIJÓ, VARIA ENTRE 1 HA E OS 5 HA, OCUPANDO 8.628 HA DA ÁREA DO CONCELHO, CONTABILIZANDO UM TOTAL DE 1.443 EXPLORAÇÕES.

	Total	0 - < 1 ha	1 ha - < 5 ha	5 ha - < 20 ha	20 ha - < 50 ha	>= 50 ha	Residual (sem SAU)
Continente	276.776	46.160	160.902	49.311	10.356	10.047	--
Douro	26.028	5.250	15.047	4.858	640	231	--
Alijó	2.362	534	1.443	334	38	12	--

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural



PARQUE MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

2. CARATERIZAÇÃO FÍSICA

2.1. Clima

TEMPERATURA MÉDIA ANUAL DA REGIÃO VARIA ENTRE OS 5 °C E OS 20 °C;

PRECIPITAÇÃO É ELEVADA DURANTE OS MESES DE INVERNO SENDO NOS MESES DE VERÃO MUITO BAIXA OU QUASE NULA. A PLUVIOSIDADE ANUAL VARIA ENTRE OS 800 E OS 1.200 MM.

VERIFICA-SE A OCORRÊNCIA DE GEADA 25,5 DIAS POR ANO

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

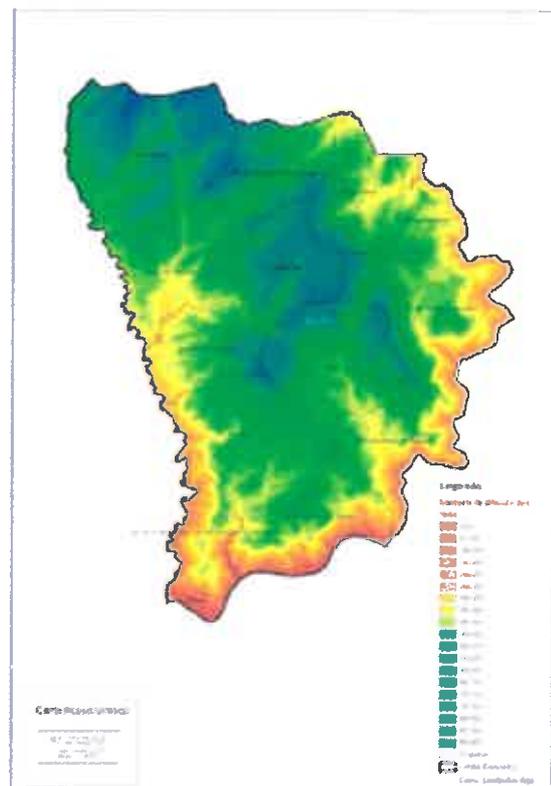


PARTE III – CARATERIZAÇÃO
DO TERRITÓRIO E DOS VALORES
NATURAIS

2.2. Orografia

HIPSOMETRIA

Da observação da geomorfologia do território destacam-se os vales do rio Douro, Pinhão e Tua, bastante encaixados em todo o seu percurso, com cotas das margens sempre inferiores a 300 m.



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

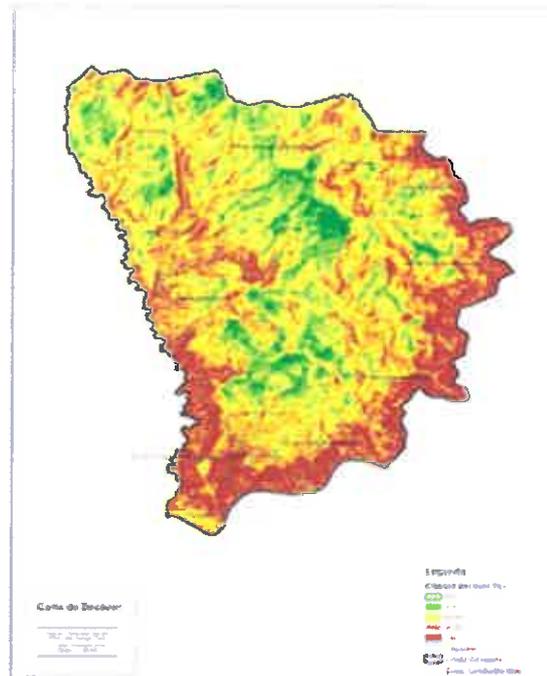
54



DECLIVES

Nas encostas dos rios Douro, Pinhão e Tua predominam os declives superiores a 30%

Porém, no concelho, predominam os declives inferiores a 20%



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



PARTICULARIZAÇÃO
DO PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL
NATURAL

2.3. Hidrografia

A rede hidrográfica é composta pelas ribeiras de S. Vicente, Russilhão e Chã, diminuindo o seu caudal na época estival, as quais dão origem a vales agrícolas com solos profundos.

Na ribeira da Chã existe a Barragem da Vila Chã, com capacidade de 6.000.000 m³. A barragem tem como principal objectivo o abastecimento de água à população de Alijó.



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO
FLORESTAL DE ALIJÓ

2.5. Solos. Uso/ocupação do solo e zonas especiais

USO/OCUPAÇÃO DO SOLO

- 58 % (17.276 ha) são **espaços florestais e matos/incultos**
- 38% (11.404 ha) é ocupado por **áreas agrícolas**



A economia agrária de Alijó assenta sobretudo no sistema de agricultura vitivinícola do Douro, e no sistema de Agricultura e Pecuária das Zonas de Montanha.

74% da **área agrícola** é ocupada por vinha (8528 ha) e a restante área é ocupada por olival, pomares e outras culturas.

■ Áreas sociais, urbanas e industriais ■ Agricultura
■ Florestas, Matos e incultos ■ Cursos de água e barragens

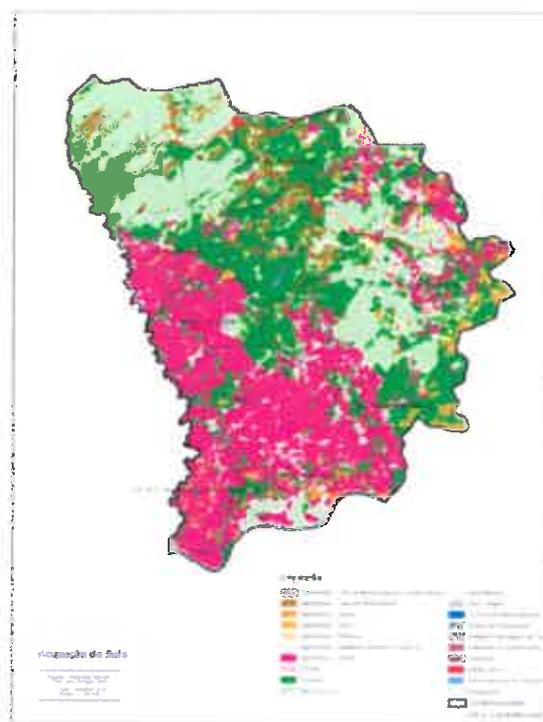
PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



Plano III – Caracterização
do território em termos
naturais

USO/OCUPAÇÃO DO SOLO (cont.)

Na Figura podemos ver o mapa de Ocupação do solo do concelho de Alijó de acordo com o 5º Inventário Florestal Nacional, a COS 2015 e o PROF de TMAD



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



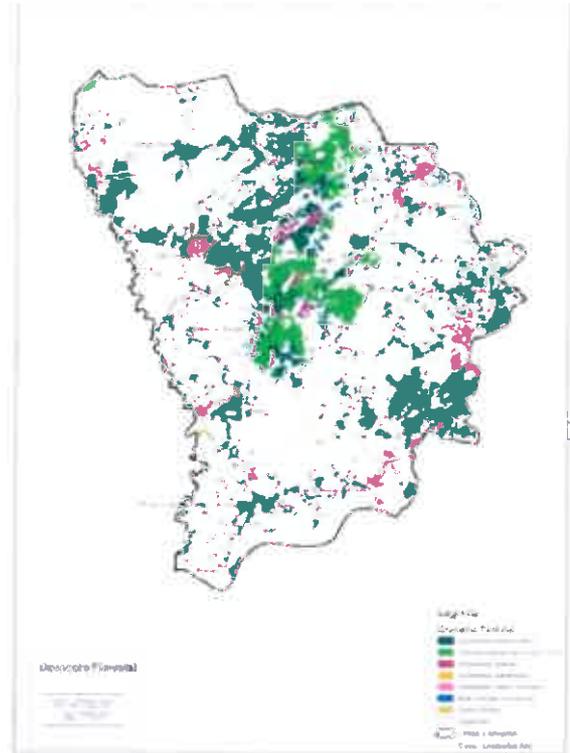
Plano Municipal de Ordenamento Florestal de Alijó

1. ÁREAS FLORESTAIS

1.1. Ocupação florestal

A ocupação florestal no concelho de Alijó segue o mesmo padrão de ocupação do território do PROF de TMAD, sendo:

- o **pinheiro bravo** a espécie dominante ocupando uma área de 4.134 ha (43 % da área florestal (FL));
- as florestas de pinheiro bravo com baixa densidade de árvores (**florestas abertas**), que ocupam uma área de 3 804 ha (40 % da FL);
- segue-se o **sobreiro** (9% da FL; 820 ha);
- a restante área florestal é ocupada por **carvalhai e outras folhosas**

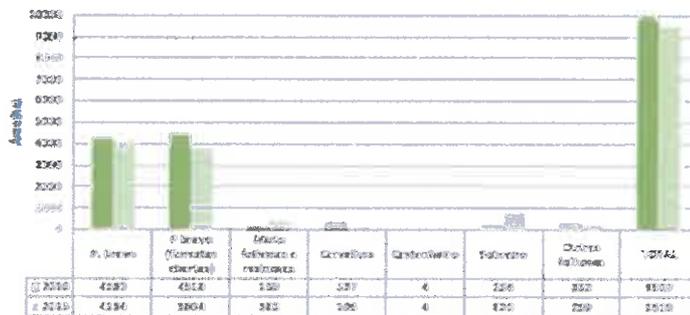


PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



Plano Municipal de Ordenamento Florestal de Alijó

1.2. Evolução das áreas totais por espécie florestal



- A **diminuição** da área do concelho ocupada por floresta deve-se especialmente às áreas ardidas que ocorreram neste período e aos cortes de árvores sem reposição.
- No território do PROF de TMAD **tambem se verifica** a tendência de diminuição das áreas ocupadas por floresta.

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ
PARTE IV - CARACTERIZAÇÃO
AVANÇADA DO URBANISMO
AGROPECUÁRIO E NATURAL

57

3. ATIVIDADE CINEGÉTICA

O concelho de Alijó é dividido por duas zonas de caça municipais, uma tendo como entidade gestora a Câmara de Alijó, **ZCM de Alijó**, e a outra, **ZCM Socalcos do Douro**, situada nos socalcos do Douro gerida pelo Clube de Caça e Pesca Pinhoense.



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



PARTE IV - CARACTERIZAÇÃO
AVANÇADA DO URBANISMO
AGROPECUÁRIO E NATURAL

4. ATIVIDADE PISCÍCOLA

No âmbito da caracterização das atividades de pesca em águas interiores ocorrentes foram analisados os dados relativos às concessões de pesca profissional e de pesca desportiva registadas no ICNF, (ICNF, 2018).

Concessões de pesca concedidas para o concelho de Alijó
Alb. de Vila Chã - Concessão de Pesca da Albufeira de Vila Chã - concelho de Alijó Despacho PCD_RR/454/2017, de 12 de outubro. Alvará n.º 527/2017, de 12 de outubro.
Rio Pinhão - concs. Alijó e Sabrosa [386] Concessões de Pesca Desportiva do Rio Pinhão - concelhos de Alijó e Sabrosa. Despacho n.º 6291/2010, de 9 de abril. Alvará n.º 397/2013, de 24 de junho.
Rio Pinhão - concs. Alijó e Sabrosa [586] Concessões de Pesca Desportiva do Rio Pinhão - concelhos de Alijó e Sabrosa. Despacho VCD_SC85/239/2013, de 12 de junho. Alvará n.º 407/2013, de 18 de setembro.
Rio Tinhela - concs. Murça e Alijó Concessão de Pesca Desportiva Rio Tinhela - concs. Murça e Alijó Despacho n.º 7228/2010, de 26 de abril. Alvará n.º 258/2010, de 11 de maio.

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

6. RISCOS BIÓTICOS E ABIÓTICOS

6.1. Riscos bióticos - Pragas

PINHEIRO BRAVO

Os principais agentes bióticos nocivos com impacto na área do pinheiro bravo são o Nemátodo da Madeira de Pinheiro (NMP), os escolitídeos e a processionária.

SOBREIRO

O declínio dos montados de sobre e azinho tem-se verificado desde o século XX, sendo as suas causas de difícil diagnóstico uma vez que resulta da interação de vários fatores (bióticos e abióticos) que causam desequilíbrios nas plantas, levando muitas vezes à sua morte.

CASTANHEIRO

Os principais agentes bióticos que afetam o castanheiro são a doença da tinta, provocada pelo fungo *Phytophthora cinnamomi*, o cancro do castanheiro, também provocado por um fungo de nome *Cryphonectria parasitica* e, mais recentemente, a Vespa-das-galhas-do-castanheiro (inseto *Dryocosmus kuriphilus*).

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



PART II - CARACTERIZAÇÃO E
ANÁLISE DO PATRIMÓNIO
FLORESTAL E NATURAL

6.2. Riscos bióticos – Invasoras lenhosas

Existem espécies arbóreas exóticas que revelam um comportamento invasor particularmente evidente, colonizando de forma agressiva os espaços florestais alterados pelos incêndios e outros processos degradativos.

As plantas lenhosas atrás referidas têm como habitat preferencial os espaços florestais com sinais mais ou menos evidentes de degradação.



As mais comuns no concelho de Alijó são a acácia-mimosa e os ailantos

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

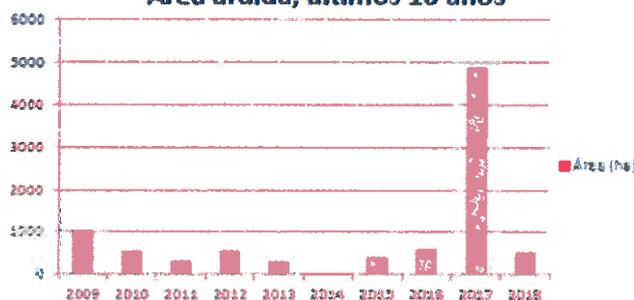


6.3. Riscos abióticos

Na última década a parte norte do concelho foi percorrida por numerosos incêndios florestais, durante a época crítica do ano (julho a setembro), que devastaram grande parte do arvoredo existente e que têm vindo a contribuir para o estado degradado actual da superfície florestal.

O valor médio de área ardida/ano, na última década, foi de 927 ha. Devemos, no entanto, salientar que no cálculo deste valor entrou a área ardida no ano de 2017 (4857 ha).

Área ardida, últimos 10 anos



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

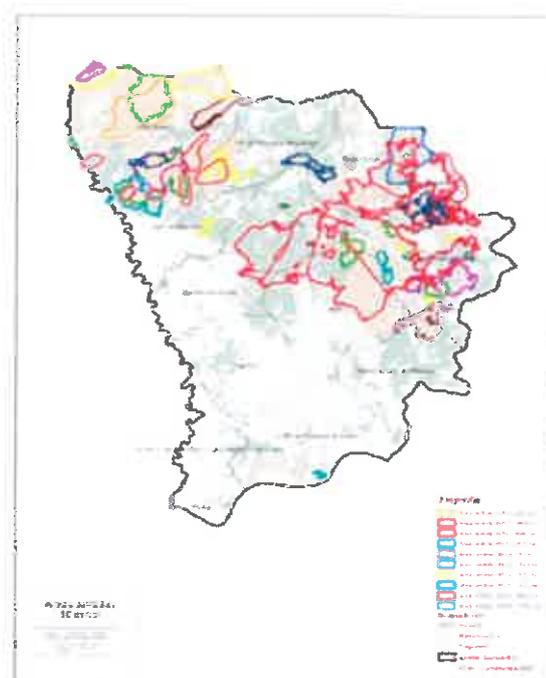


6.3. Riscos abióticos (cont.)

A maior recorrência de incêndios ocorre na freguesia de Vila Verde, na zona norte da freguesia de Vilar de Maçada e nas freguesias de Santa Eugénia e UF de Carção e Amieiro.

Nestas áreas será menor a regeneração natural e desenvolvimento de espécies arbóreas.

Em consequência, as espécies herbáceas e arbustivas de crescimentos rápido, principalmente as espécies invasoras, acabarão por dominar a paisagem, contribuindo para um aumento das áreas de matos/incultos no concelho.



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

60

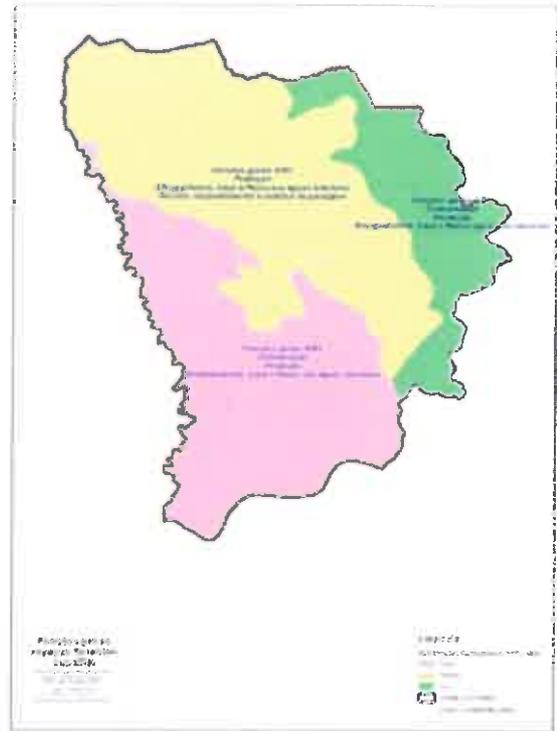


PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO
FLORESTAL DE ALIJÓ

1. SUBREGIÕES HOMOGÉNEAS

Dentro de cada PROF foram consideradas **subregiões naturais** correspondentes a grandes unidades de paisagem, que integram aspetos fisiográficos e de vegetação muito afins.

Segundo o PROF TMAD, a área do concelho de Alijó é abrangida por **3 Subregiões Homogéneas (SRH)**, **Douro, Padrela e Tua**, cada uma com funcionalidades e prioridades distintas, dependendo da capacidade de cada SRH em concretizar essas funções.



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



PART. V – FUNÇÕES
ESPAÇO DE ORDENAMENTO
MUNICIPAL

2. ZONAS SENSÍVEIS E CORREDORES ECOLÓGICOS

No concelho de Alijó, os corredores ecológicos propostos sobre a **Rede Natura 2000** e os ecossistemas de elevado valor natural que se concentram na parte leste das freguesias de S. Mamede de Ribatua, UF de Carlão e Amieiro e UF de Castedo e Cotas. Coincidindo na sua maior parte com o **Parque Natural Regional do Vale do Tua** (PNR do Tua).



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

61



Plano Municipal de Ordenamento Florestal de Alijó

ENQUADRAMENTO

Como a área geográfica do concelho de Alijó não é homogénea em termos fisiográficos, climáticos e de uso do solo, entre outros fatores, consideramos 5 Unidades de Gestão Florestal (UGF), delineadas tendo sempre como base as **normas gerais de silvicultura** para as **SHR Douro, Padrela e Tua** do **documento estratégico do PROF de TMAD**.

As normas e os modelos de silvicultura e as espécies aconselhadas, para cada unidade de gestão têm como objetivo a criação de espaços florestais em que exista:

- Conservação da biodiversidade;
- Saúde, vitalidade e capacidade produtiva dos ecossistemas;
- Proteção dos recursos solo e água;
- Contribuição para o "sequestro" de carbono na biomassa das árvores e no solo. Processo valioso na mitigação das alterações climáticas.

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



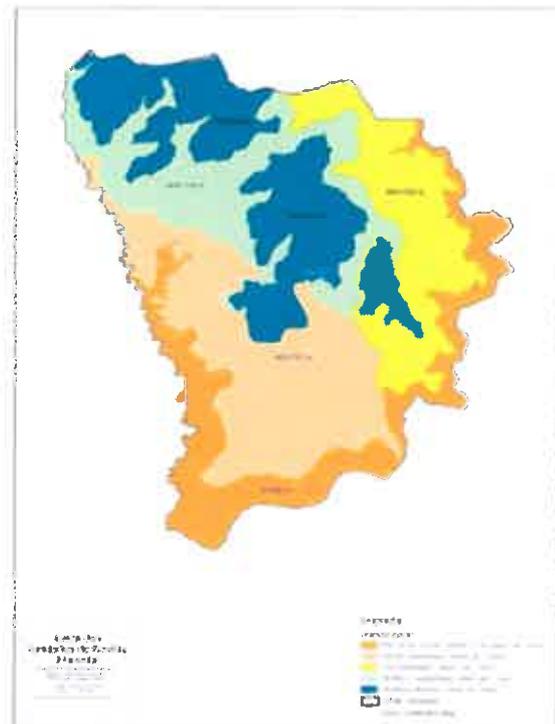
Plano Municipal de Ordenamento Florestal de Alijó

UNIDADES DE GESTÃO FLORESTAL ALIJÓ

Legenda

Unidades gestão

- ENCOSTAS DOURO_PINHÃO_TUA (Basal - alt < 400m)
- DOURO (Submontano - 400m < alt < 700m)
- TUA (Submontano - 400m < alt < 700m)
- PADRELA (Submontano - 400m < alt < 700m)
- PADRELA (Montano - 700m < alt < 950m)
- Freguesias
- Limite Concelho
- Conc. Limitrofes Alijó



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

62



Parte VI - Unidades de Gestão Florestal Alijó

1. UGF ENCOSTAS DOURO_PINHÃO_TUA (BASAL - ALT < 400M)

Esta unidade abrange a área das encostas dos rios Douro, Pinhão e Tua, até uma altitude de 400m, onde predominam os declives com valores superiores a 30%.

O uso do solo é predominantemente agrícola.

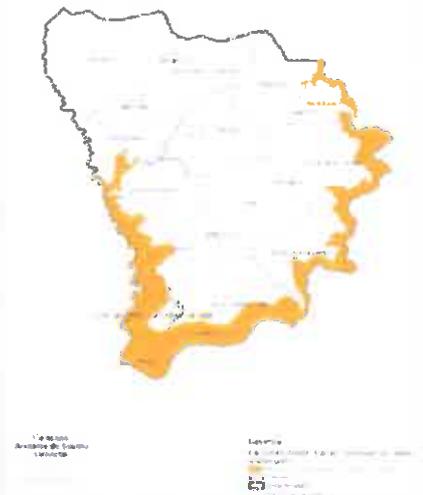
Dentro dos carvalhais estão representados o carvalho alvarinho (*Quercus robur*), o carvalho negro (*Quercus pyrenaica*), o sobreiro (*Quercus suber*) e a azinheira (*Quercus rotundifolia*).

Nas orlas ribeirinhas e linhas de água, surge o lodão bastardo (*Celtis australis*). Na parte montante da UGF podemos encontrar o zimbro (*Juniperus oxycedrus*) e o carvalho português (*Quercus faginea*).

Grande parte desta UGF é abrangida pelo Plano Intermunicipal do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV).

A zona a montante da UGF também é abrangida pelos limites do Parque Natural Regional do Vale do Tua.

Esta zona também é abrangida, em parte, por um dos corredores ecológicos delimitados no PROF TMAD.



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



Parte VI - Unidades de Gestão Florestal Alijó

Os espaços florestais nesta UGF deverão ser:

1º) Espaços florestais prioritários para proteção

Devido principalmente à dominância de zonas de declives acentuados e de numerosas linhas de água, os espaços florestais dentro desta UGF deverão ter como principal função a de proteção da rede hidrográfica, de proteção contra a erosão do solo, de proteção contra cheias, de proteção e segurança ambiental e de fixação do carbono.

2º) Espaços florestais prioritários para recreio e valorização da paisagem

A área desta UGF faz parte do Alto Douro Vinhateiro (Património Mundial da UNESCO na categoria de Paisagem Cultural Evolutiva e Viva) onde foram identificados Valores Culturais e Valores Naturais

Para forma a dinamizar, do ponto de vista social e económico, esta UGF, deverão ser promovidas atividades de:

Conservação da natureza e Biodiversidade, como:

- Controlo de plantas exóticas com caráter invasor;

- Fomento de gestão cinegética sustentável;

- Recuperação de habitats e espécies;

Apoio ao turismo sustentável, como:

- Promoção de atividades de turismo da natureza;

- Definição e infraestruturação de rotas temáticas que façam a ligação entre o património Material e Imaterial;

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

63



2. UGF DOURO (SUBMONTANO - 400M < ALT < 700M)

Toda esta UGF é abrangida pela **Zona de Proteção Especial do Alto Douro Vinhateiro**.

Em termos de caracterização do uso do solo, da ocupação florestal e dos valores naturais e patrimoniais é **muito semelhante** à UGF Encostas Douro_Pinhão_Tua.

Esta UGF **esta fora** dos limites do PIOTADV.

Grande parte deste território está ocupado por vinha retalhada por pequenas **áreas florestais** e de **matorral**.

Existe uma área de baldio, o **Baldio de Favaio**, com ocupação florestal de pinheiro bravo e outras folhosas.

Na UGF Douro **existem várias cabeceiras de linhas de água**, incluídas na REN da Carta de Ordenamento do PDM de Alijó.



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



Parte VI - Unidades de Gestão Florestal Alijó

Os espaços florestais nesta UGF deverão ser:

1ª) Espaços florestais prioritários para produção

- Condições propícias à expansão de espécies como o **pinheiro, carvalho e castanheiro**;

- Áreas com interesse para a **produção de mel, frutos silvestres e cogumelos**;

- Nesta UGF deverá ser promovida a **reabilitação das áreas ocupadas por espécies autóctones** como os **carvalhos, castanheiros e sobreiros**.

2ª) Espaços florestais prioritários para recreio e valorização da paisagem

A área desta UGT está integrada no Alto Douro Vinhateiro (Património Mundial da UNESCO na categoria de Paisagem Cultural Evolutiva e Viva)

O turismo tem forte incidência nesta região, devendo ser promovidas atividades de **conservação da natureza e biodiversidade** e de **apoio ao turismo sustentável**.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

64

3. UGF TUA (SUBMONTANO - 400M < ALT < 700M)

Unidade de gestão coincidente em grande extensão com a **hácia do rio Tua**, com algumas formas de relevo planálticas, .

A **ocupação florestal** e os **matos/incultos** são a ocupação do solo dominante, apesar da cultura da vinha, do olival e de pomares também ocuparem área significativa.

Os espaços florestais aparecem principalmente com ocupação de **pinheiro bravo**, muitas vezes em povoamentos de baixa densidade, **sobreiro** e **carvalho**.

Grande parte da área desta UGF ardeu em 2017, e é uma zona do concelho onde a **recorrência dos incêndios é bastante elevada** (houve área ardida em 2010, 2012, 2013, 2016 e 2017).



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



PARTE VI - IMPLANTAÇÃO
GEOGRÁFICA ALIJÓ

Os espaços florestais nesta UGF deverão ser:

1º) Espaços florestais prioritários para produção

Do ponto de vista da produção florestal, esta UGF tem:

- Potencial produtivo para o carvalho, pinheiro bravo, castanheiro e sobreiro;
- Existência de áreas com interesse para a produção de mel, frutos silvestres e cogumelos;

2º) Espaços florestais prioritários para recreio e valorização da paisagem

A UGF Tua (SUBMONTANO) oferece condições ótimas para o recreio e paisagem, principalmente pela elevada diversidade ainda presente nas encostas da albufeira da barragem do Rio Tua.

Os espaços florestais existentes deverão ser conduzidos de forma a que, além de manterem o seu potencial produtivo, sejam elementos integradores e valorizadores da paisagem promovendo-se a (re)arborização com espécies autóctones



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

65



Plano Municipal de Ordenamento Florestal de Alijó

4. UGF PADRELA (SUBMONTANO - 400M < ALT < 700M)

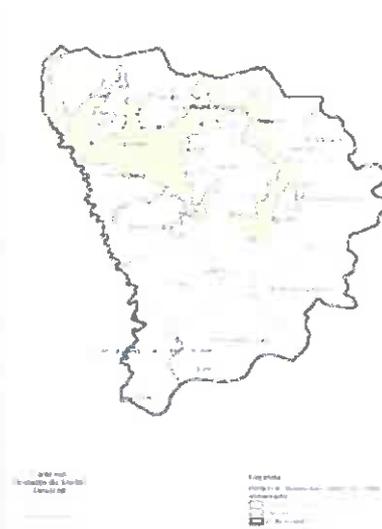
Unidade de gestão com zonas de **declives acentuados**, de altitudes variando entre os **400 e os 700 m** e de relevo ondulado na maior parte da área.

Esta UGF tem **uma grande área ocupada por floresta e matos/incultos**, tendo as áreas agrícolas pouco significado nesta zona do concelho de Alijó.

Nos espaços florestais predominam as **florestas abertas de pinheiro bravo**, alguns carvalhais e sobreirais.

A **recorrença dos incêndios é bastante elevada**, principalmente nas zonas do Pópulo, Vila Verde e Vilar de Maçada.

Parte dos baldios de **Jorjais de Perafita, Ribalonga, Souto de Escarção, Populo e Alijo**, estão enquadrados nesta UGF.



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



Plano VI - Unidades de Gestão Florestal Alijó

Os espaços florestais nesta UGF deverão ser:

1º) Espaços florestais prioritários para produção

Do ponto de vista da produção florestal, esta UGF tem:

- Presença de áreas e condições propícias à produção de produtos florestais lenhosos, como madeira e biomassa, e não-lenhosos, principalmente, mel, frutas silvestres e cogumelos
- Potencial produtivo para o carvalho negro, pinheiro bravo e castanheiro;

2º) Espaços florestais prioritários para recreio e valorização da paisagem

A UGF Padrela (SUBMONTANO) apresenta boas condições para o desenvolvimento de percursos pedestres e outros desportos ao ar livre.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

66



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

5. UGF PADRELA (MONTANO - 700M < ALT < 900M)

Unidade de gestão com superfícies planálticas de relevo ondulado ou ondulado suave, de altitudes variando entre os 700 e 950 m.

A área ocupada por matos/incultos e muito elevada nesta UGF, principalmente na freguesia de Vila Verde.

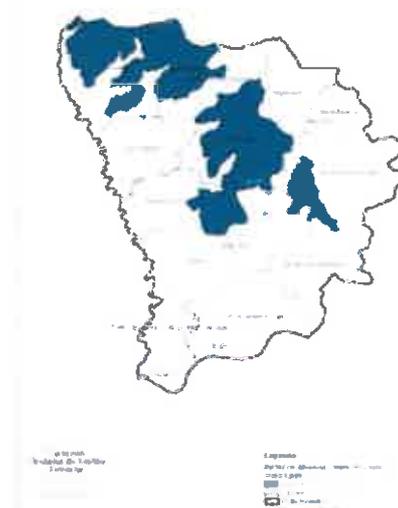
Nos espaços florestais predominam as florestas abertas de pinheiro bravo e alguns povoamentos, os que não arderam, desta mesma espécie.

Um pouco por toda a área desta UGF temos áreas de REN e uma parte (a Norte do Concelho) está enquadrada no Perímetro Florestal de São Domingos e Escarção.

A recorrência dos incêndios é bastante elevada, principalmente na zona de Vila Verde. O grande incêndio de 2017 percorreu uma grande área da UGF pertencente à freguesia de Vila Chã.

Uma grande parte desta unidade de gestão, principalmente na freguesia de Vila Verde, é área de baldio.

Nessa freguesia temos os baldios de Souto de Escarção, de Jorjais de Perafita, de Perafita, do Freixo e parte do Baldio de Ribalonga.



PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



PARTI VI - IMPLANTAÇÃO DE
GESTÃO FLORESTAL ALIJÓ

Os espaços florestais nesta UGF deverão ser:

1º) Espaços florestais prioritários para produção

Do ponto de vista da produção florestal, esta UGF tem:

- Presença de áreas e condições propícias à produção de produtos florestais lenhosos, madeira e biomassa, e não-lenhosos, principalmente, mel, frutos silvestres e cogumelos
- UGF com o conjunto das áreas de características mais florestais do concelho, quer pelas características das espécies que nelas são possíveis utilizar quer pelas potencialidades de produção.
- Área de castanheiro, até uma determinada altitude.
- Também é área de distribuição do carvalho negro, menos interessante do ponto de vista produtivo, mas que deve ser preservado. Nas mesmas áreas, em sua substituição, poderá ser utilizado o carvalho alvarinho
- Nas muitas áreas planálticas desta UGF, o uso do solo mais apropriado é a pastagem silvopastoril, melhorada, convenientemente compartimentada e até em soluções de sob-coberto.

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



Plano Municipal de Ordenamento Florestal de Alijó

67

Para as 5 UGF apresentadas, estão desenvolvidos, neste plano, os seguintes pontos:

1. Normas de silvicultura e funções dos espaços florestais
2. Espécies florestais a privilegiar nas UGF
3. Modelos de Silvicultura

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



Parte VII – Anexos
Anexo III – Medidas de Ação

Face à grande área ardida consequência dos incêndios dos últimos anos, existem áreas específicas de atuação consideradas urgentes para o Município de Alijó:

A) Restauração dos ecossistemas florestais

- Levantamento e aproveitamento da regeneração natural pós-fogo;
- Promover a arborização das áreas ardidas com espécies com potencial produtivo e bem adaptadas à região, promovendo a compartimentação e a diversidade de espécies;

B) Avaliação de riscos bióticos

- Avaliação das áreas ocupadas por espécies invasoras, como as mimosas e os ailantos, entre outras;
- Avaliação das áreas de pinheiro bravo afetadas por pragas, principalmente nemátodo e processionária;

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



Plano Municipal de Ordenamento Florestal de Alijó

68

C) Avaliação de riscos abióticos

- Marcação das zonas degradadas devido à destruição das linhas de água;
- Marcação das zonas degradadas devido ao abandono de pedreiras e abertura de caminhos de acesso;

D) Consideração dos recursos hídricos, qualidade da água e proteção de linhas hidrográficas

- Nas linhas de água temporárias a criação/manutenção de faixas de proteção, no mínimo com 10 m para cada lado da linha de água, sem recurso à mobilização mecânica do terreno, respeitando sempre a ocupação da faixa com espécies ripícolas.
- Nas linhas de água permanentes não navegáveis, a faixa de proteção deverá ter no mínimo 20m e nas linhas de água permanentes e navegáveis, 30 a 50 m. A preparação do terreno também deverá ser executada sem recurso à mobilização mecânica, respeitando sempre a ocupação da faixa com espécies ripícolas;
- Em volta dos reservatórios de água, como a Albufeira de Vila Chã, a criação de uma faixa de proteção, com espécies bem adaptadas ao local, no mínimo de 100 m.

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ



PARTE VIII - MEDIDAS

O Programa de execução do PROF de TMAD (ICNF⁴, 2018) contém a definição de categorias de intervenção (eixos estratégicos), desdobrados em objetivos específicos e medidas e ações.

A apresentação das medidas que integram o PROF de TMAD está estruturada em quatro eixos estratégicos:

EIXO I - Minimização dos riscos de incêndio e agentes bióticos;

EIXO II - Especialização do território;

EIXO III - Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;

EIXO IV - Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor.

A PARTE VIII DESTA PLANO APRESENTA AS MEDIDAS QUE INTEGRAM OS DIFERENTES EIXOS DO PROF DE TMAD COM A SUA APLICABILIDADE À REALIDADE FLORESTAL DO CONCELHO DE ALIJÓ.

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DE ALIJÓ

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 30-09-2019